

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Nínive Degasperi

**ASSESSORIA - PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AO
MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - SC**

Florianópolis, Julho de 2008.

Nínive Degasperi

**ASSESSORIA - PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AO
MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - SC**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Departamento de Serviço Social para obtenção de carga horária na disciplina DSS5330 como requisito parcial para a obtenção do título de Assistente Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos

Florianópolis, Julho de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A Banca Examinadora resolveu atribuir aprovou a acadêmica
NÍNIVE DEGASPERI na Disciplina DSS 5330 – Trabalho de Conclusão de Curso, pela
apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos
Presidente

Prof^a. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Membro

Prof^a. Dr^a. Vânia Manfroi
Membro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar, como ocorre e quais as finalidades da assessoria no conjunto de práticas do assistente social que atua junto ao Movimento Sociocomunitário de Florianópolis. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas com quatro assistentes sociais que em algum momento dos últimos dez anos atuaram como assessores junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis. Neste sentido descrevemos brevemente sobre os movimentos sociais, a sua trajetória no contexto brasileiro, identificando o movimento sociocomunitário como uma expressão dos movimentos sociais urbanos. Em seguida, situamos a trajetória do Serviço Social enquanto profissão no contexto brasileiro. Tratamos ainda, especificadamente sobre a prática de assessoria, e seu surgimento no âmbito profissional. Finalmente identificou-se que ao conceito de assessoria são atribuídos diversos significados pelos assistentes sociais pesquisados, confundindo-se, por vezes com a própria finalidade da prática, que não demonstra também ser clara.

Palavras-chave: Movimentos sociais; movimento sociocomunitário; assessoria; Serviço Social.

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a quem gostaria de agradecer e partilhar a alegria deste momento que talvez este pequeno pedaço de papel não tenha condições de agregar a imensa importância e tampouco o nome de cada um, mas mesmo assim aqui vai:

Meus pais, Eva T.S. Degasperi pelas pedras que colocaste no meu caminho, fazendo com que eu valorizasse cada obstáculo vencido, Antonio Degasperi por ter me feito compreender que as pedras eram necessárias e que elas eram apenas pedras, pequenas num caminho longo que pode nos levar a destinos inimagináveis.

Indira e Allan por termos apreendido a sermos mais do que irmãos – amigos e companheiros.

Minhas amigas que conheci nesta Universidade e se tornaram pessoas queridas e companheiras em todas as horas. Nas alegres horas celebradas com aquilo que de melhor possuímos - a verdadeira amizade. Nos momentos não tão alegres, mas que foram necessários para que pudesse ter certeza de que são a família que escolhi e jamais viverei sem: Priscila Larratea Goyeneche, Tatiana A. Godoy, as irmãs Letícia e Fernanda G. Braz, Karina Andrade, Carlise, Valdirene e o amigo Rinald Boassi.

A todos que conheci neste período e que de alguma forma contribuíram para meu crescimento pessoal, aconselhando e às vezes dando aquele puxão de orelha tão necessário.

E como não poderia deixar de fora, a Professora Maria Teresa dos Santos, que aceitou o desafio de orientar-me, e que o fez com respeito, dedicação e zelo.

*Dedico este trabalho a minha
família, meus amigos e a todos que
me deram forças para chegar até
aqui.*

SUMÁRIO

RESUMO	3
LISTA DE SIGLAS	7
1 Introdução	8
2 Movimentos Sociais: a Busca por Mudanças Sociais	11
2.1 Breves considerações sobre os Movimentos Sociais	11
2.2 Os Movimentos Sociais No Brasil	15
2.3 Movimentos Sociais Urbanos no Brasil	21
2.4 Reconfiguração dos Movimentos Sociais e Surgimento de ONG's.....	22
2.5 Movimento Sociocomunitário.....	24
3 O Serviço Social e as camadas populares: breve trajetória histórica	27
3.1 A Trajetória do Serviço Social na Conjuntura de Desenvolvimento do Brasil	27
3.2 Serviço Social no Regime de Ditadura: cenário com vistas à transformação da profissão	31
3.3 O Serviço Social a partir da Nova República	37
4 Assessoria como Prática dos Assistentes Sociais	40
4.1 Sobre a prática Profissional dos Assistentes Sociais.....	41
4.2 Definindo assessoria em termos gerais.....	42
4.3 Assessoria aos Movimentos Sociais no Âmbito do Serviço Social	43
5 Considerações Finais.....	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	62
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	63
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	64

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação nacional de Ensino de Serviço Social
ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DC – Desenvolvimento de Comunidade
DSS – Departamento de Serviço Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEB – Movimento Eclesiais de Base
MR – Mobilização de Recursos
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
PT - Partido dos Trabalhadores
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca identificar a assessoria como uma das práticas do assistente social no Movimento Sociocomunitário de Florianópolis. O interesse pela temática surgiu durante a realização do estágio obrigatório supervisionado, no período de março a dezembro de 2007, no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Naquele momento indagávamos se o trabalho realizado no Núcleo junto à União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO poderia ser denominado de assessoria, dado os procedimentos utilizados para a realização dos Seminários Regionais: **“O Direito a Cidade e o Plano Diretor Participativo e Integrado de Florianópolis”**. No entanto, não detínhamos aporte teórico que esclarecesse e conceituasse o que seria a assessoria desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social, mais especificamente, aquela voltada aos Movimentos Sociocomunitários, espaço compreendido por Lüchmann et al. (2004, p.58) como aquele que

[...] empreende esforços no sentido de fortalecer e articular as diversas formas de organização existentes além de propor junto ao poder público municipal medidas que visam uma maior participação política, uma gestão mais democrática, envolvendo setores da sociedade civil na tomada das decisões às questões da cidade.

Portanto, o movimento sociocomunitário configura-se como um espaço onde os sujeitos pertencentes a comunidade - compreendida aqui como bairro, localidade, ou até mesmo uma cidade- se unem em formas organizadas de lutas por interesses locais, tais como: melhorias sociais referentes à habitação, saneamento básico, segurança, saúde etc. - a fim de pautar reivindicações e formular estratégias para garantir resultados, estando estes inseridos ou não em políticas públicas. E, é neste espaço de luta pela ampliação de políticas públicas e

melhoria das condições de vida da população que a assessoria por parte de profissionais de Serviço Social se insere.

Pressupondo a assessoria como ação técnica, pode-se depreender que esta prática exige um profissional dotado de conhecimentos específicos na área em que presta o serviço, e para realizá-lo necessita conhecer detalhadamente as percepções e perspectivas do sujeito ou órgão assessorado, para alcançar, assim, os objetivos pré-determinados.

Neste sentido, questionamos: Como os profissionais de Serviço Social de Florianópolis vêm desenvolvendo assessoria junto ao movimento sociocomunitário?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é identificar em que consiste, como ocorre e quais as finalidades da assessoria no conjunto de práticas do assistente social que atua junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis. Definimos, portanto, como objetivos específicos:

- i) identificar como a assessoria é entendida pelos assistentes sociais que atuam junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis;
- ii) identificar se a assessoria é percebida como prática pelo assistente social;
- iii) identificar como o profissional executa a prática de assessoria;
- iv) compreender a finalidade da prática de assessoria para o assistente social, e sua efetividade.

Esta pesquisa científica tem caráter exploratório, sendo esta uma primeira aproximação ao tema, dado a exigüidade de tempo e condições de se aprofundar a análise.

A pesquisa foi elaborada através de estudo bibliográfico a partir de textos, livros, bem como por meio de entrevistas semi-estruturadas. Este último instrumento segundo Minayo (2001) mescla características de uma entrevista estruturada, com perguntas previamente formuladas que dirigem o informante ao assunto que interessa ao pesquisador, com uma entrevista aberta que permite ao informante dentro do assunto abordar experiências vivenciadas, possibilitando um diálogo intenso entre o pesquisador e o informante.

Os sujeitos considerados nesta pesquisa são assistentes sociais que atuam e/ou atuaram junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis nos últimos dez anos (1998 a 2007), considerando apenas aqueles profissionais que realizaram seu trabalho de forma remunerada, ou seja, não voluntária.

A amostra para a realização das entrevistas foi determinada a partir da temática trabalhada na pesquisa. Em princípio, houve grande dificuldade em localizar profissionais de Serviço Social que atuassem ou tivessem atuado junto ao movimento sociocomunitário, dado a condição especificada anteriormente, do mesmo ter sido remunerado para atuar nesta área.

Houve um verdadeiro ‘garimpo’. Foi necessário perguntar a colegas, professores, membros de movimentos sociais, assistentes sociais etc., se conheciam tais profissionais, e após longa investigação foi possível identificar quatro profissionais que se adequaram aos critérios estabelecidos para este trabalho.

As entrevistas semi – estruturadas tiveram tempo de duração entre vinte e cinco minutos à uma hora, sendo gravadas e transcritas. Salientamos que uma profissional no momento da coleta de dados não pode responder por meio de entrevista gravada, respondendo ao questionário por e-mail, e, posteriormente, foi possível complementar os dados faltantes por meio de entrevista gravada.

O trabalho foi organizado em cinco seções. A primeira seção – esta – trata de introduzir e esclarecer o leitor a respeito do estudo. A segunda seção aborda os Movimentos Sociais, e sua reconfiguração na sociedade brasileira, chegando a particularidade dos movimentos sociocomunitários. E, a partir de então direcionamos o olhar para o movimento sociocomunitário da cidade de Florianópolis.

Na seção seguinte é tratada a questão da atuação do Serviço Social junto às camadas populares, descrevendo brevemente a trajetória da profissão frente às mudanças ocorridas no cenário brasileiro.

A terceira seção traz esclarecimentos a cerca da prática de assessoria em termos gerais, e em seguida, é estudada a assessoria aos movimentos sociais no âmbito do Serviço Social. Estes entendimentos se fazem necessários para que nesta mesma seção sejam apresentados e analisados os dados da pesquisa. Tais dados serão confrontados com o aporte teórico descrito.

Finalmente, a última sessão tratará de concluir o trabalho, comparando os objetivos propostos com os resultados alcançados.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: A BUSCA POR MUDANÇAS SOCIAIS

Nesta seção trataremos de forma breve sobre o surgimento dos movimentos sociais, e como expressão destes o movimento sociocomunitário. Sendo salientada ainda a importância de tais movimentos para a sociedade na busca por melhorias sociais e diminuição das desigualdades socialmente produzidas.

O tema abordado nesta seção é de grande valor para que possamos nos remeter mais facilmente ao objeto deste trabalho, pois o tema de nossa pesquisa é a prática de assessoria realizada pelos assistentes sociais junto ao movimento sociocomunitário no Município de Florianópolis.

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Existem várias teorias que definem o surgimento e a constituição dos movimentos sociais, porém no presente trabalho estas teorias não serão discutidas e trabalhadas separadamente. Entendemos que cada uma delas contribui de forma singular para a compreensão da natureza de ações coletivas que visam à mudança social, sempre numa perspectiva de melhoria das condições de vida das populações, além da garantia de direitos dos mais variados grupos sociais que compõem as sociedades.

Inicialmente todos os movimentos sociais surgem a partir de ações coletivas que visam algum tipo de mudança social sobre questões que estão imersas em uma sociedade e que de alguma forma precisam ser revistas, discutidas, superadas ou conservadas.

Gohn (2000), tendo como referência Oberschall¹, afirma que os comportamentos coletivos e os movimentos sociais passaram a moldar o caráter das instituições contemporâneas e assim continuarão a fazer no futuro. Os mesmos entendem que as instituições e os movimentos devem ser estudados de forma conjunta porque tratam de questões de ordem pública e, portanto, necessitam de ações coletivas por parte destes.

Porém, nos ressaltam as diferenças existentes entre comportamentos coletivos e os movimentos sociais. Comportamentos coletivos estariam associados ao comportamento de multidões, como manifestações públicas de greve ou manifestações coletivas iniciadas por parte dos cidadãos, pela garantia de direitos constitucionais, por exemplo. Também são assim entendidos como comportamentos coletivos às revoltas populares. A mesma autora fazendo o uso dos conhecimentos de Oberschall, afirma que as manifestações do comportamento coletivo ocorrem de forma episódica, sem continuidade, são capazes de atrair a curiosidade das pessoas, comentários de apoio ou de condenação. Porém, os movimentos sociais através de esforços coletivos estariam se organizando em busca de mudanças na sociedade ou então para resistir a estas quando alteram a vidas dos cidadãos. Estes movimentos não têm prazo de duração definido.

Reforçando esta mesma perspectiva Gohn (2000), considerando seus estudos de Smelser, afirma que “[...] os movimentos coletivos referem-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores, os quais freqüentemente (mas não sempre) se desenvolvem por longos períodos” (Gohn, 2000, p. 46).

Dois fatores são salientados como ponto de ignição para o surgimento dos movimentos sociais, são eles: a insatisfação e a solidariedade, pois estariam associados à análise das condições da sociedade como um todo.

Cabe-nos salientar também sobre a perspectiva da Escola de Chicago², na qual “Os movimentos sociais eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos [onde] as mudanças sociais seriam o clímax deste processo: choque e encontro de grupos resultando numa acomodação em instituições por meio de controle obtido por líderes”(GOHN, 2000, p. 29).

¹ Para melhores esclarecimentos sobre as concepções mais importantes sobre os movimentos sociais, ver GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2000.

² Escola de Chicago foi fundada em 1892 por sociólogos, sua importância se deve por ter introduzido na sociologia o caráter de investigação científica. A Escola de Chicago se moldou por uma corrente reformista, cujo objetivo era promover a reforma social em uma sociedade caracterizada por conflitos, buscando uma sociedade harmoniosa e estável.

Ainda na perspectiva desta escola sobre os movimentos sociais, Gohn cita as idéias defendidas por Blumer. Este considera os movimentos sociais como empreendimentos coletivos que buscam colocar em pauta uma nova ordem social da vida. Tais movimentos surgiriam a partir de situações de descontentamento social, e assim nos apontam alguns fatores como a “insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida” (GOHN, 2000, p. 30).

Nos movimentos sociais o conflito compõe o corpo de sua estrutura, no qual sua importância se refere à explicitação das contradições sociais existentes, porém a existência de conflitos puramente não se traduz como condição única para a constituição destes.

Na ótica de Gohn, com base em Blumer, o movimento social no seu surgimento não tem forma definida, se organiza de forma precária, e o comportamento coletivo é muito simplificado. Mais tarde este movimento se desenvolve e acaba adquirindo as características de uma sociedade: “organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais – em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida” (GOHN, 2000, p. 31).

Ainda para a mesma autora, autores como Turner e Killian definiram movimento social como um tipo de ação desenvolvida por uma coletividade que de forma contínua passa a fomentar algum tipo de mudança ou resistência social dentro de uma sociedade ou grupo ao qual esta coletividade faz parte. A continuidade se torna pressuposto para a elaboração de estratégias de ação, objetivos, além da divisão das funções exercidas por seus líderes e, principalmente, contribuirão para formação de um sentido e da identidade deste grupo. Estes autores também tratam sobre o tempo de duração de um movimento e sobre o seu processo de evolução. Para eles, ao atingir um alto grau de estabilidade interna os movimentos tendem a sua institucionalização. Este grau de desenvolvimento do movimento o faz ganhar certa posição de reconhecimento dentro da sociedade, estabelecendo funções e atingindo áreas de competência na sua ação.

Outras teorias que são abordadas por Gohn (2000), como a da Mobilização de Recursos – MR surgiram numa tentativa de explicar o surgimento dos movimentos sociais. Segundo esta corrente os movimentos apareceriam quando os recursos para sua existência também se tornassem viáveis, ou seja, surgiriam quando houvesse oportunidades políticas para que as ações coletivas surgissem, se somando facilidades e disponibilidade de seus líderes. “Os movimentos também estruturam seus cotidianos segundo o enfoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação” (GOHN, 2000, p. 51). Para esta corrente da teoria dos movimentos estes passam a se constituir como

organizações formais, de luta por interesses que acabam servindo de moeda de troca no jogo político, e sua importância neste jogo estaria fundamentalmente associada a sua organização interna. Assim,

[...] Os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuísem atributos de uma organização formal hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e capacidade para mobilização efetiva de suportes externos (GOHN, 2000, p.52).

E ainda “[...] os movimentos competiriam com outras organizações, não-movimento, para obter adeptos, recursos, e no cálculo e execução de suas tarefas [finalmente] organizar um movimento dá trabalho, assim como é trabalhoso organizar seus encontros, reuniões e administrar suas agendas” (GOHN, 2000, p.52).

Todos os movimentos contêm em sua gênese alguns elementos constitutivos ressaltando a sua qualidade de movimento social, diferenciando-o de outras formações coletivas. Silveira (2000) aponta alguns elementos de análise: a) a ideologia sendo tratada como uma proposta de “visão de mundo” [grifos do autor] contendo em sua estrutura ao mesmo tempo pensamentos e “idéias que correspondem às reais condições de vida e idéias falsas sobre estas condições”; b) a organização que pode ocorrer de forma hierárquica tendendo a uma descentralização valorizando a participação dos componentes desse movimento, existindo, portanto, uma forma de organização coletiva; c) o projeto de um movimento seria definido como suas metas. A busca de seus objetivos revelaria todas suas intenções, bem como a consciência de sua força em quanto movimento e a de seus adversários.

Após as considerações apresentadas acima, compartilhamos com Silveira (2000) sobre o conceito amplo de movimento social. Para o autor, um movimento social, agrupa elementos fundamentais como conflito, ação coletiva, ideologia, organização e projeto para uma ação conjunta de pessoas com uma visão de mundo, tendo como objetivo a mudança ou mesmo a conservação das relações sociais existentes em uma dada sociedade.

A partir da década de 1960, em pleno desenvolvimento das forças produtivas do modo de acumulação capitalista, surgem na Europa os novos movimentos sociais. Estes movimentos têm como característica abordagens específicas, que defendem uma identidade coletiva do movimento, como de estudantes, pela paz, ecologia, antinucleares, meio ambiente, mulheres, homossexuais, raciais etc. Gohn (2000) salienta que os novos movimentos sociais tendem a recusar políticas de cooperação entre os sindicatos e as instituições governamentais,

desta forma se caracterizam por estarem mais engajados em garantir os direitos sociais já existentes e na luta para adquirir novos. Isto se materializa através de ações dirigidas, que tentam promover alterações nos valores sociais dominantes bem como situações de discriminação que se encontram no seio da sociedade civil, criando desta forma novas identidades políticas e sociais.

Ribeiro (1998, p. 47) salienta que “o campo de ação dos novos movimentos sociais é um espaço de política não institucional” estando presente na relação contraditória entre Estado e sociedade civil. Segundo a mesma autora,

Os novos movimentos sociais (...) pleiteiam a politização das instituições para além das formas representativo-burocráticas, de modo que confira maior independência à sociedade civil, diminuindo o controle e a intervenção do Estado sobre esta. (RIBEIRO, 1998, p. 47).

Assim, podemos compreender que os novos movimentos sociais buscam uma autonomia da sociedade civil perante o Estado, numa perspectiva de proposição de mudanças sociais baseada nas reivindicações que emergem no seio da sociedade.

Segundo Silveira (2000) se considerarmos cada um dos novos movimentos individualmente, verificaremos que suas práticas não estão voltadas para a tomada do poder que é próprio do Estado, ou seja, tendo como finalidade a construção de uma sociedade nova. Lutam, assim, por uma organização mais horizontal e igualitária da sociedade (não hierárquica). Desta forma, suas práticas não significam apenas a negação de valores tradicionais imersos na sociedade, mas buscam a afirmação de novas formas de vida, de uma nova cultura, e, conseqüentemente, fariam parte de uma nova sociedade.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Em todos os períodos históricos do Brasil, desde sua fase colonial (1534 -1822)³, passando pela fase Imperial (1822 – 1889)⁴ até os dias atuais, muitas foram as formas de

³ O período compreendido como Brasil Colonial (1534 – 1822), se refere ao período histórico em que o Brasil era uma colônia da Coroa Portuguesa, e, portanto, não tinha independência política de Portugal. A economia colonial era baseada na monocultura da produção do açúcar, a mineração também era fonte de riquezas. Outra característica deste período era a exploração da mão-de-obra escrava, fundamentalmente de negros trazidos da África.

⁴ O período compreendido como Brasil Imperial (1822 – 1889), se refere ao período histórico em que Dom Pedro I, filho de Dom João VI rei de Portugal, rompe os laços políticos com a Coroa Portuguesa, tornando o

opressão vivenciadas pela população brasileira. E a cada momento histórico surgem, também, formas organizadas de lutas contra essa opressão. Os movimentos sociais estiveram sempre ligados a grandes acontecimentos de nossa história política, como a emancipação política da Coroa Portuguesa em 1822, a luta pela abolição da escravatura que ocorreu em 1888 etc. Vale lembrar, ainda, o golpe militar que ocorreu em 1964 e toda a luta dos movimentos sociais contra esta forma repressiva de governo, aqui representadas nas manifestações conhecidas como as Diretas Já de (1984 – 1985)⁵, que culminaram com as eleições indiretas para a presidência em 1985.

Segundo Silveira (2000) os movimentos sociais do Brasil Colonial lutavam contra fatores de opressão econômicos e políticos exercidos por Portugal, mas que não se traduziam ainda naquele momento em luta por emancipação do Império Português, o que ocorreu somente no fim do século XVIII. O movimento da Inconfidência Mineira ocorreu em 1789, mas não atendia as reivindicações do povo e sim de uma minoria. Foi um movimento que surgiu por parte dos grandes senhores de engenho contra os altos impostos cobrados, mas que consistia em preservar o sistema escravocrata vigente, portanto, não houve uma grande participação da população.

Existiram ainda no Brasil Imperial movimentos sociais que tiveram uma massiva participação popular, onde os intelectuais perderam a liderança dos movimentos para as pessoas mais simples que compunham a sociedade naquela época até mesmo os escravos. A exemplo, o movimento denominado Conjuração dos Alfaiates (1798), segundo Silveira (2000) a Conjuração foi um movimento que detinha um projeto político revolucionário para a época, haja vista que propunha o fim da sociedade escravocrata vigente e de todos os privilégios de classe existentes, indo além do modelo de sociedade liberal em que vivemos.

No período da primeira República os movimentos sociais estavam em confronto com as formas autoritárias daquele governo. Manifestavam isto através de levantes ao qual se destaca o movimento de Canudos na Bahia (1893 -1897), onde houve uma imensa adesão do povo nordestino pobre que vivia em pleno sertão e seguiu seu líder Antonio Conselheiro criando a cidade de Canudos. Sua importância histórica se deve ao fato de derrotar cinco expedições militares enviadas pela República a fim de sufocar o levante de uma população

Brasil independente politicamente, seguido pelo governo de seu filho Dom Pedro II, o segundo reinado (1840 - 1889).

⁵ As manifestações conhecidas como Diretas Já (1984 – 1985) ocorreram em todo país, reivindicando eleições diretas para presidente. O governo militar instaurado com o Golpe Militar de 1964 já não tinha mais forças de se sustentar politicamente, o país estava vivendo o momento de abertura política. Formas organizadas da sociedade civil pressionavam junto com a população mobilizada para o fim do período de intensa repressão que marcou a história deste país.

que se negava a viver em uma sociedade desigual, mas que não criara propriamente um movimento de luta, de reivindicação. O movimento do Contestado (1912-1916) que ocorreu na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná assemelha-se ao movimento citado acima no que diz respeito à existência de um profeta que arrebanhava seguidores. A população seguia um líder religioso chamado Antonio Maria. O movimento era formado por caboclos expulsos das suas terras para a construção da linha férrea de um grupo americano, sua luta era de resistência àquela expulsão, pela permanência, pela posse e pelo uso da terra.

Silveira (2000) destaca em seu texto que, os movimentos sociais que ocorreram desde a instauração da República no Brasil em 1890 até os dias atuais tiveram como foco de lutas os mais variados interesses. Desde as lutas pela terra, as lutas que dizem respeito às relações no campo do trabalho, ou ainda as lutas mais recentes que estão voltadas para a melhoria das condições de vida nas cidades, com movimentos voltados para a área dos transportes, a moradia, a saúde, e creches. Todos os movimentos que surgiram trazem como marca evidente a luta pela conquista de direitos e cidadania, garantindo e reconhecendo aos cidadãos uma condição de vida digna em sociedade.

No início do século XX quanto mais o Brasil avançava em seus processos de reestruturação das relações de produção do regime capitalista, as más condições de trabalho provocaram certa organização por parte dos trabalhadores, surgindo os movimentos operários e suas lutas por melhores condições de trabalho e conquista de direitos. Ocorreram greves por melhores salários. Houve também, a organização dos profissionais por categorias o que deu origem aos sindicatos, que eram naquele momento desvinculados de partidos políticos. As organizações do segmento operário foram intensas no início do século XX sendo influenciadas em grande parte pelas idéias anarquistas⁶ que segundo Magnani (1982) vislumbravam novas formas de organização da sociedade, tendo como fundamentos princípios extra-estatais, não autoritários e comunitários. Esse ideário foi introduzido no Brasil juntamente com a vinda de imigrantes europeus no fim do século XIX e início do século XX. A mesma autora ressalta que os anarco-sindicalistas entendiam a associação sindical como sendo a única forma legítima de organização dos operários que teriam a capacidade de lutar por ideais contra a exploração desenfreada da classe operária pelo capital. E, posteriormente, gerou como resposta por parte do governo a regulamentação dos sindicatos ainda em 1907. Em 1913, foi criada a Lei Adolfo Gordo na qual o governo autorizava a

⁶ O termo anarquista, segundo Magnani (1982) se refere a concepções de mundo e propostas que sugerem uma nova reorganização social. A partir do século XIX, passa a incorporar elementos das idéias socialistas que se originam das contradições que fazem parte da sociedade capitalista.

expulsão de todos militantes operários de origem estrangeira que nos anos seguintes, após grande pressão exercida pela classe trabalhadora, foi revogada.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), se inicia uma nova fase do movimento sindical brasileiro. Segundo Penna (1989) o governo naquele momento proibiu a vinculação de entidades sindicais com outros organismos internacionais de luta, tornando os sindicatos vinculados ao Estado e proibindo a propaganda político-ideológica. Com a Lei de Sindicalização (Decreto 19.770/1931) o Estado passou a estar presente na vida sindical de forma permanente, estabelecendo normas que passavam a regularizar a sindicalização da classe operária em suas categorias e também classes patronais. O objetivo era controlar as lideranças operárias que seguiam agora o viés comunista já que o anarquismo sufocado perdeu força. A Lei promovia a desarticulação do sindicalismo, pois restringia severamente a organização das entidades sindicais, transformando-os em objeto de manipulação do poder Estatal.

As lutas empreendidas pelos movimentos sociais culminaram com a obtenção de garantias de direitos como a jornada diária de oito horas de trabalho, salário mínimo. Direitos estes, criados e consolidados com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, contendo três princípios fundamentais: “o direito do trabalho, o direito sindical e a Justiça do Trabalho” Magnani (1989, p. 210) que foram mantidos nos governos sucessores.

Durante os anos de ditadura do Governo Vargas que teve início em 1937 com um golpe de Estado houve a promulgação da nova Carta Constituinte, no mesmo ano, desta forma os movimentos populares contrários ao autoritarismo se uniram às forças políticas existentes reivindicando abertura política.

Em 1946 com a nova Constituição se instaura o período de redemocratização do país, tendo a participação de grupos conservadores da sociedade, além do ingresso de grupos econômicos estrangeiros, principalmente os norte-americanos - setores que haviam se afastado no antigo regime político. Neste contexto, a opinião pública que se demonstrava excitada com as promessas de melhoras sociais, e, sobretudo econômicas para o país. Segundo o mesmo autor, as forças populares da época, se encontravam em meio à desconfiança e expectativa. Ao mesmo tempo em que se identificavam com os princípios estatizantes e nacionalistas do governo Vargas, vislumbravam novas oportunidades com a entrada de capital estrangeiro no país, sob o clima aprazível advindo do liberalismo econômico.

O movimento operário viveu momentos de avanços e retrocessos refletindo a ação repressiva dos governos que se instauraram no país, pois em sua trajetória o movimento de

trabalhadores operários impulsionou outros segmentos sociais na luta por direitos e se unindo a eles buscou melhores condições de vida para a população brasileira.

Durante os governos do regime de ditadura militar iniciado em 1964 que perduraram até 1984, os movimentos sociais no Brasil cresciam em torno de lutas pela cidadania, direitos civis e políticos, objetivando de fato a democratização do país conquistada com as eleições diretas de 1989 e consagrada na Constituição de 1988.

Já no espaço rural brasileiro as lutas de classes populares pela terra têm início ainda no período colonial, onde adquirir um pedaço de terra para produzir e habitar se constituía como sonho da maioria da população. A partir da década de 1950 a população camponesa passa a contar com o apoio de organizações partidárias da esquerda política - principalmente através do Partido Comunista do Brasil - para se organizar e lutar por seus direitos. Gohn (1997) salienta que a Igreja Católica influenciou de forma significativa a organização popular no campo. Naquele momento se lutava para estender ao campo os direitos que haviam sido adquiridos pelos trabalhadores urbanos como a jornada de trabalho, o direito a férias remuneradas, o salário mínimo, além de outros.

Ainda, entre a década de 1940 a meados da década de 1960, segundo a mesma autora, houve a organização dos trabalhadores rurais em ligas, uniões, sindicatos e confederações, e mais, a organização de vários Encontros e Congressos em nível nacional. Destaca que os posseiros foram os trabalhadores rurais que mais se envolveram nas lutas empreendidas no campo, eram caracterizados como agrupamentos de pessoas que se instalavam em terras rurais abandonadas. Lutavam basicamente pela permanência na terra ocupada e estavam em confronto direto com os chamados grileiros, que se aproveitavam da terra já preparada e cultivada dizendo serem os reais donos dela expulsando os posseiros e fazendo muitas vezes o uso de violência e de armas.

Gohn (1997) aponta que, após o golpe militar de 1964, os setores organizados dos trabalhadores da terra foram reprimidos suas ações coletivas foram desmobilizadas e desorganizadas, permanecendo apenas em lugares específicos, com o caráter de guerrilha armada, comandada por grupos de extrema esquerda.

Os grandes projetos governamentais de desenvolvimento nos anos 1970, associados ao capital estrangeiro provocaram vários e intensos conflitos no campo. Como exemplo, a mesma autora cita a construção de grandes rodovias como a Transamazônica e a Rio-Santos, além de usinas hidrelétricas e barragens, como a de Itaipu. E ainda, as políticas que visavam promover grandes reflorestamentos aconteciam através da retirada de mata nativa e recebiam subsídios para o plantio do pinus com fins de abastecer a indústria de celulose. Houve

também o incentivo ao plantio da cana-de-açúcar. No mesmo período ressurgem organizações de luta em prol da defesa dos trabalhadores rurais, sendo em criada em 1975 a Comissão Pastoral da Terra com o apoio da Igreja Católica.⁷

Através dos processos de lutas vividos no campo, surge em 1979 no Brasil, especificamente no Estado de Santa Catarina, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Nos anos 1980 o movimento se estendeu por todo o país e nos anos 1990 se tornou o movimento popular mais importante em nível nacional.

Este movimento segundo Gohn (1997) tem como estratégia básica a ocupação de terras improdutivas, públicas ou privadas, gerando um fato político que objetiva pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento. O MST reivindica seu assentamento definitivo na terra ocupada, através da concessão de títulos de posse. Para o MST a luta pela terra no país é entendida como luta pela Reforma Agrária, e passa a adquirir caráter nacional, se organizando nos estados em que há lutas e ocupações. O lema de sua luta é: ocupar, resistir, produzir.

No entanto, o crescimento do movimento dos sem-terra não tem sido nada harmonioso. A Igreja Católica aos poucos foi perdendo sua parcela de controle, passando a ter militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que foram se apropriando do movimento e o direcionando para a esquerda política. Na conjuntura atual o PT ao assumir o governo do país perde seu caráter de esquerda política, passando de oposição à situação, alguns membros do partido discordando de posturas adotadas, rompem com o partido e criam outros partidos políticos comprometidos com as ideologias de esquerda anteriormente assumidas pelo PT. A CUT também perde sua força de representação sindical e seu caráter de luta e oposição uma vez que seus líderes foram incorporados pela máquina governamental negociando a favor do Estado os interesses do operariado.

Os movimentos sociais que surgiram e se desenvolveram nos diferentes períodos históricos do país foram de grande importância. Eles buscaram e buscam através da defesa das minorias excluídas da sociedade uma nova ordem social. Embora tenham encontrado inúmeras barreiras políticas por parte, muitas vezes do Estado, também encontraram apoio em formas organizadas da sociedade civil e instituições como a Igreja Católica.

⁷ A atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores rurais se inscreve a partir de 1964 com o Concílio Vaticano II. Sua atuação neste segmento obteve sucesso por respeitar o modo de pensar do trabalhador do campo, sua visão de mundo e a forma como ele se expressava, dando valor a sua fala e sua cultura.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL

Durante o século XX os problemas urbanos tornam-se visíveis e se acumulam em vários países, e no Brasil isto não é diferente, passando a revelar um decréscimo gradativo da qualidade de vida da população. Neste contexto desfavorável surgem os movimentos sociais urbanos, que se caracterizam principalmente por reivindicar melhorias e novos equipamentos sociais, tendo como finalidade não apenas a manutenção e ampliação dos serviços sociais oferecidos, mas a própria mudança da gestão pública vigente.

Os movimentos sociais urbanos tomam espaço segundo Gohn (2000) a partir da década de 1970, estendendo-se para as décadas seguintes. Inicialmente tratam da busca por emancipação política de bairros e municípios, além de processos de participação social. E segundo Jacobi (1993) são valorizados porque representam a presença de cidadãos que estão à margem da sociedade, onde sua espontaneidade e senso de justiça garantem ao mesmo tempo independência das elites e dos partidos políticos, onde suas demandas emergem entre os iguais.

Os movimentos sociais urbanos são definidos segundo Boschi (1982) na manifestação organizada da população, principalmente por associações de moradores da periferia das grandes cidades. Eles promovem manifestações e protestos às vezes violentos, em razão da falta ou má qualidade de serviços públicos oferecidos, somando-se a deterioração do padrão de vida urbano em geral, expressando assim o cotidiano da população na sua condição de moradores.

Os movimentos sociais urbanos se caracterizam como organizações populares que lutam por melhores condições de vida da população urbana. Suas atuações estão ligadas às lutas por moradia - que se expressavam através de ocupações de casas e prédios abandonados, lutas por creches, transporte, saúde etc. Articulam-se ainda, a outros movimentos por condições dignas para os cidadãos.

Nos anos 1980 as lutas desses movimentos estavam associadas à luta por acesso a terra e sua posse. Com o passar do tempo alguns movimentos urbanos perderam sua força devido à desarticulação gradual de seus líderes, além de disputas que ocorreram no interior dos próprios movimentos.

Segundo Jacobi (1982) os movimentos urbanos propunham uma maneira de consolidação de práticas democráticas por surgirem nas camadas populares e num período de longo prazo poderiam gerar reflexos de transformação do sistema político vigente.

Na atualidade,

Os movimentos sociais urbanos são cada vez mais importantes e estão mudando. Combinam as reivindicações dos direitos nas cidades e os direitos à cidade. Todos os movimentos sociais presentes nas cidades têm uma dimensão urbana. A especificidade dos movimentos sociais urbanos, através das reivindicações a respeito das condições de vida dos moradores abrange a produção das cidades e o acesso ao direito à cidade (MASSIAH, 2005, p. 01).

Desta forma, os movimentos sociais urbanos lutam por moradia popular e por melhores condições de vida nas cidades. São respaldados pela Constituição Federal de 1988, que no seu Capítulo II, que trata da Política Urbana, Artigos 182 e 183 descrevem os instrumentos para a garantia do Direito à Cidade, sendo estes regulamentados pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 2001. De acordo com Goyeneche (2008, p. 37)

O Estatuto da Cidade dentro de um projeto de reforma urbana deve ser um instrumento para que o município intervenha nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, tendo em vista a garantia da realização do Direito à Cidade. Constitui-se num primeiro passo para que os brasileiros tenham assegurado o seu direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, assim como ao trabalho, ao lazer, e a uma cidade justa e democrática para as presentes e futuras gerações.

Portanto, agora, os movimentos sociais urbanos têm à disposição um instrumento institucionalizado para intervir no desenvolvimento do espaço urbano, no entanto, ainda se observa uma grande dificuldade por parte dos cidadãos na apropriação desse instrumento, bem como na adesão a estes movimentos urbanos.

2.4 RECONFIGURAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SURGIMENTO DE ONG'S

Durante a década de 1980 os movimentos sociais no Brasil passaram se reconfigurar. Segundo Gohn (1997) os movimentos sociais passaram do otimismo para a perplexidade e, posteriormente, à descrença. São assinalados pela autora fatores para esta mudança: alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participavam da implementação, gestão e avaliação das mesmas políticas; o consenso, gerado com o desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o aumento da estrutura institucional, especialmente os órgãos públicos, que se multiplicaram ao longo dos anos 1980, com a tendência de absorver boa parcela dos desempregados do setor produtivo

privado; o surgimento das centrais sindicais; e, por último, o surgimento de entidades que agrupavam os movimentos sociais populares, caracterizando o crescimento e a expansão das organizações não-governamentais (ONG's). Todos estes fatores poderiam ser entendidos como uma reorganização dos movimentos sociais principalmente na década de 1990.

O termo ONG origina-se da ONU, caracterizando iniciativas de comprometimento com a reconstrução da vida social após a Segunda Guerra Mundial (1939 -1945) por parte de entidades da sociedade civil abrangendo,

[...] todas as organizações que não são órgãos ou instâncias governamentais, abarcando todas as entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que prestam serviços a um determinado grupo ou comunidade ou que ainda, desenvolvem trabalhos voltados ao enfrentamento de determinados problemas sociais (PAZ, 1997, p. 195).

Tais organizações se caracterizam como grupos de cidadãos que passam a se organizar na defesa de direitos, possuindo estatuto jurídico semelhante ao de entidades privadas sem fins lucrativos.

No contexto brasileiro de ditadura e de repressão, das décadas de 1960 e 1970 as ONGs começam a se formar e estruturar, acompanhando um movimento característico da sociedade da época, de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão.

Já na década de 1980 estas organizações crescem e se consolidam trabalhando com os novos movimentos sociais, passando a treinam as lideranças sindicais e populares, apoiando e ajudando a organizar os fundos de greve e campanhas salariais e desta forma, assessoravam as lideranças nas negociações trabalhistas.

Essa nova perspectiva para Gohn (1997) provocou alterações que influenciariam na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observa na sociedade civil na década de 1970. Os militantes, assessores e simpatizantes antes movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais passam a deixar de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais se rendendo a profissionalização. Cria-se uma camada de dirigentes que cada vez mais distanciada das bases dos movimentos, se aproxima das ONGs, buscando elaborar pautas e agendas de encontros e seminários para a discussão dos assuntos tratados por elas.

Portanto, a partir da década de 1980, os movimentos sociais atuantes na sociedade perdem força em virtude do próprio contexto político que se instaura no país. Se aliando aos novos movimentos sociais que tinham como característica a busca de identidade dos grupos de minorias aos quais representavam, sinaliza para uma nova forma de organização social. As

ONGs neste contexto passam a ocupar parte dos espaços antes dos movimentos sociais, que não deixam de existir, mas se reestruturam na forma destas organizações.

Observamos que ao longo de sua história política o Brasil registra a existência de uma sociedade com enormes desigualdades sociais e repressão a direitos políticos e civis. Com o golpe militar de 1964, que culminou na ditadura militar, vieram a surgir movimentos sociais numa tentativa de rompimento com a situação política e social posta. Houve participação da população, surgiram formas organizadas de lutas por direitos sociais como, luta por moradia, educação, saúde, infra-estrutura, além de lutas pelos interesses da classe trabalhadora. Essas lutas levaram os movimentos sociais a se constituírem, segundo Raichelis e Rosa (1985) como uma forma política legítima da classe trabalhadora que através do uso de práticas coletivas de pressão organizada enfrentavam coletivamente suas necessidades em busca de seus interesses.

O Serviço Social se insere nestas lutas organizadas quando se posiciona profissionalmente na defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora, através de um projeto profissional que tende à ruptura frente a práticas tradicionais e conservadoras. Segundo Raichelis e Rosa (1985) essa nova orientação teórica que efervescera no meio profissional, propiciava uma ligação mais orgânica com os interesses postos pela classe trabalhadora, criando novas estratégias de ação que legitimavam essa ligação.

Marilda Yamamoto (2001) acrescenta que nos últimos anos os pesquisadores de Serviço Social não têm tido a preocupação de estudar as temáticas relativas à sociedade civil, e em particular os movimentos sociais. É no seio da sociedade civil que estes movimentos surgem e propõem mudanças e alternativas frente ao crescimento desenfreado do modo de acumulação capitalista. A constatação da autora reflete uma profunda carência de estudos e bibliografia acerca da temática proposta neste trabalho.

Mais à frente será apresentado de forma breve o encontro da profissão com as camadas populares, haja vista que esta aproximação se faz necessária para o entendimento da assessoria como prática de assistentes sociais junto aos movimentos sociais.

2.5 MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO

A temática dos movimentos comunitários está inserida no âmbito dos movimentos sociais urbanos, e tem significativa importância no presente estudo por ser o espaço onde

atuam os assistentes sociais que fazem parte da pesquisa exploratória que será apresentada na quarta seção deste trabalho.

Torna-se importante destacar que o termo “movimento sociocomunitário” surge no Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, para se referir as organizações comunitárias da cidade de Florianópolis, junto as quais esse Núcleo realizava a prática de assessoria. Portanto, não há publicações bibliográficas que use este termo para se referenciar ao movimento comunitário.

Desta forma, Lüchmann et al. (2004) entendem o movimento comunitário como o conjunto de organizações, tais como as Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, e outras formas de organização local, que têm por finalidade representar os interesses dos moradores no contexto local do bairro ou região. O objeto de sua representação, enquanto sujeitos coletivos é a articulação e organização dos moradores com vistas a discutir e reivindicar, além de propor melhorias na qualidade da vida urbana. O movimento comunitário apresenta como elemento de identificação, e segundo os autores de diferenciação, frente a outros movimentos sociais, o compartilhamento do local de moradia, ou seja, ser morador do bairro, da região, ou do município.

O movimento sociocomunitário se refere aos membros de uma comunidade que se organizam para experimentar e atuar, e desta forma ter acesso às decisões que afetam suas vidas nas cidades. Estas lutas devem ser compreendidas de maneira ampla, para além das reivindicações pontuais da comunidade, alcançando a sociedade como um todo. O movimento sócio-comunitário se organiza também em diversos níveis de representação: em nível local, estadual e federal.

Atualmente o movimento sociocomunitário de Florianópolis se encontra envolvido com as discussões frente à elaboração do Plano Diretor Participativo da Cidade. O Plano é um instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas como também em áreas de interesse turístico ou em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental.

O Plano Diretor é definido pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Parte de uma leitura da cidade, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização da cidade. Seu objetivo não é resolver todos os problemas existentes no território da cidade, mas ser um instrumento para a definição de uma estratégia de intervenção imediata,

estabelecendo princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade servindo também, de base para a gestão pactuada da cidade. De acordo com as diretrizes expressas no Estatuto, os Planos Diretores devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões do Plano. Assim, mais do que um documento técnico, distante dos conflitos reais que caracterizam a cidade, o Plano significa um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, para uma estratégia de intervenção no território.

A cidade de Florianópolis tem como característica suas belezas naturais existentes nas mais de quarenta praias, distribuídas em maior parte na área insular da cidade. Traz como peculiaridade o fato de abrigar a capital do Estado de Santa Catarina. Ao apontar a elaboração do Plano Diretor percebemos um momento crítico no município, porque ao se constituir como uma área de interesse turístico e de especulação imobiliária na arrecadação de investimentos, evidencia-se a existência de projetos que defendem diferentes interesses. Há aqueles sujeitos que se unem em torno de interesses na busca de soluções sociais, ambientais, visualizando uma cidade melhor que conseqüentemente traria a melhoria das condições de vida da população, e outros que defendem interesses puramente privados que visam apenas o lucro e a exploração dos recursos naturais da cidade em prol da acumulação do capital por parte das elites detentoras do poder, afirmando as características da exploração imobiliária existente na cidade. Neste contexto, o movimento sociocomunitário representado por entidades como a UFECO⁸ e outros espaços de discussão da cidade, tem demonstrado bastante vigor na luta pela construção de um Plano Diretor que discuta os interesses de todos os segmentos da população, principalmente daqueles segmentos mais carentes de investimentos, como as periferias da cidade.

À luz do arsenal teórico angariado até aqui, iremos na próxima seção trabalhar a trajetória do Serviço Social junto às camadas populares, a fim de que possamos entender a assessoria aos movimentos sociocomunitários como prática profissional da categoria.

⁸ A UFECO (União Florianopolitana das Entidades Comunitárias) é entidade de pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, como sede e foro em Florianópolis. A entidade foi fundada em 14 de fevereiro de 1987, tem como finalidade representar as entidades comunitárias representativas dos moradores do município de Florianópolis. Tendo como princípios principais a democracia e a participação para a conquista de melhores condições de vida para a população

3 O SERVIÇO SOCIAL E AS CAMADAS POPULARES: BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA

O objetivo desta seção é abordar brevemente a história do Serviço Social no Brasil, relacionando-o com as conjunturas e os movimentos sociais urbanos, espaços estes reconhecidos como campo de atuação da prática profissional. O que será apresentado aqui se torna essencial para que possamos compreender o objeto de pesquisa, uma vez que a história da profissão será cotejada com alguns depoimentos dos sujeitos entrevistados.

3.1 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA CONJUNTURA DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A emergência e legitimação do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, segundo Silva e Silva (2006) surge no país vinculada ao desenvolvimento das grandes instituições de assistência na década de 1940 como iniciativa de grupos da classe dominante ligada a Igreja Católica⁹, e somando ao período ditatorial do governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Estes grupos incorporavam uma ação doutrinária e de organização junto ao proletariado urbano com o objetivo de afastar a ameaça do socialismo que emergia no movimento operário. Desta forma, estaria harmonizando os conflitos proeminentes através de um comunitarismo cristão. Nesta fase o Serviço Social tinha como propostas ações educativas na família dos trabalhadores com finalidades não somente de resolução, mas também de prevenção aos problemas sociais. A atuação dos profissionais se caracterizou como uma forma ideológica conservadora com base nas teorias norte-americanas

⁹ Nas primeiras décadas do século XX a Igreja Católica passa a atuar na tentativa de recuperar espaços de influência e privilégios que vinha perdendo em face da crescente secularização da sociedade. A Ação Católica se configura como importante fonte de recrutamento dos profissionais de Serviço Social. Representando, portanto, uma reação da Igreja para recuperar o espaço perdido na sociedade e solucionar a crise entre Igreja / Estado.

de intervenção na vida dos trabalhadores tendo como efeitos políticos uma tentativa de enquadrá-los nas relações sociais vigentes de exploração do trabalho pelo capital, respondendo desta forma as necessidades da sociedade capitalista.

Segundo Aguiar (1995) o Serviço Social, de base confessional, no âmbito de sua atuação profissional traz como características um universo teórico pautado em uma filosofia humanista cristã. Assim, a comunidade estaria inserida em moldes de um reformismo conservador¹⁰. O Serviço Social buscava a reforma do indivíduo na sociedade, com ênfase na formação social, moral e intelectual, a família era entendida como grupo social básico, e se trabalhava com a perspectiva de individualização dos casos e problemas sociais caracterizados como a “clientela” da profissão.

Com o surgimento de um Estado corporativista nos anos de 1940, que se fortalecia na expansão política e econômica através da grande industrialização do país, o crescimento da massa trabalhadora urbana gerou a necessidade de controle neste setor. Surgem neste momento as instituições sociais e previdenciárias no Estado como parte da mobilização de esforços para responder às pressões que emergiam no seio das novas forças sociais urbanas. O Estado passa não só a intervir na regulamentação da força de trabalho, mas também determina e controla uma política assistencial profundamente ligada às organizações representativas da classe trabalhadora. Com o surgimento dessas instituições se configura uma enorme ampliação do mercado de trabalho para a profissão, tornando o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado.

Nos governos do Gen. Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) e Getúlio Vargas (1951 – 1954), o trabalho do Serviço Social acontecia na área de Desenvolvimento de Comunidade - DC. Considerado como processo pelo qual governo e povo se unem com a finalidade de integrar as comunidades na vida nacional contribuindo para o desenvolvimento e progresso do país. O DC fazia parte de programas realizados na ONU¹¹ e acordos feitos entre o Brasil e os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial (1940-1945).

No início do segundo governo Vargas (1950-1954), se vê o começo de uma experiência em Desenvolvimento de Comunidade na zona rural do país - a experiência da Missão Rural de Itaperuna no Estado do Rio de Janeiro em 1949. Nesta experiência os profissionais de Serviço Social partiram do conceito de que as populações eram desajustadas e

¹⁰ Conservadorismo: estilo de pensamento que exprime um modo de vida, o da sociedade capitalista.

¹¹ ONU (Organização das Nações Unidas), entidade criada após a II Guerra Mundial voltada, principalmente naquele período, para resolver ou minimizar os problemas sociais que emergiam em países arruinados pela guerra.

era necessário integrá-las à sociedade. No entanto essa visão de integração não levava em conta as contradições e desigualdades da sociedade. Os assistentes sociais naquele momento não puderam perceber tais contradições, uma vez que sua formação enfatizava que a sociedade era harmônica e que existiam apenas alguns desajustes. Além disto, esse era o ponto de vista sustentado por Vargas que em seu governo sempre buscou o consenso entre as classes. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que nas missões rurais uma educação de base estaria contribuindo de forma a acomodar os marginalizados da sociedade. E ainda, supriria o suposto atraso cultural do povo das zonas rurais, atuando no sentido de integrá-lo ao sistema, pois como um setor disfuncional estaria este colocando em risco a harmonia e o equilíbrio da sociedade como um todo.

É nesse período que o Serviço Social, através da Lei nº 1.889, de 13/06/1953, tem seu ensino regulamentado pelo Decreto 35.311, de 08/04/1954 e as vantagens dos portadores de diplomas de assistentes sociais explicitadas. Configurando assim uma participação na explicação das expectativas do poder político em face da instituição educacional como instrumento profícuo à manipulação das massas. Era criado um ambiente dotado de saber que poderia proporcionar a solução adequada dos problemas sociais, reproduzindo os conhecimentos e técnicas referentes ao Serviço Social conservador. Assim os valores imprimidos dariam condições favoráveis ao controle dos conflitos que estariam trazendo anomalias ao sistema social nesse momento da história brasileira.

A prática do Serviço Social nos anos de 1950, descrita por Aguiar (1995) consistiu na coordenação de Serviços e Obras Sociais, utilizando os Centros Sociais tanto na zona rural como na zona urbana, estes centros estavam diretamente ligados a problemas locais e desta forma procuravam resolvê-los através da mobilização do povo local. A importância destes Centros Sociais foi reconhecida pela ONU e recebeu uma recomendação para a utilização deste espaço. Compreendeu-se que estes eram instituições de âmbito local, no qual as pessoas pertencentes à dada coletividade coordenariam seus esforços e também com a ajuda de técnicos dirigentes, proporião e executariam projetos e atividades com o objetivo de satisfazer as suas necessidades particulares e melhorar suas condições de vida.

O Serviço Social Rural foi criado em 1955 através da Lei nº 2.631 de 23/09/1955, e a partir daí vai se organizando e passa atuar em 1959. Sua importância foi ressaltada a partir de 1960, pois recebeu apoio do governo e de programas internacionais, além de órgãos patronais da área rural, isto trouxe como consequência o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) o Serviço Social passa a ter no Brasil uma postura ideológica desenvolvimentista, pautada pela busca de um consenso a

partir da socialização, aglutinando todos e os levando a pensar não enquanto classes, mas enquanto coletividade. Segundo o projeto desenvolvimentista todos deveriam colaborar uma vez que todos desfrutariam dos benefícios advindos do desenvolvimento.

Até o período de 1960, o Serviço Social possuía basicamente uma postura, a de desenvolver seu trabalho concordando com os governos que estavam ditando os rumos do país. O Serviço Social seguia as reformas que serviriam melhor ao sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado no moderno.

Sendo a década de 1960 marcada pelo período de intenso desenvolvimento assumido pelo governo, Aguiar (1995, p. 99) ressalta o reflexo desta visão nas falas dos assistentes sociais que se encontram nos Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1961: *“Cumpra, pois, vincular estreitamente o Serviço Social ao processo de desenvolvimento nacional e dar aos assistentes sociais, na área de sua estrita competência, as atribuições que lhe são próprias e que ainda não foram devidamente definidas”* [grifos do autor].

Segundo o mesmo autor é neste momento que os profissionais têm a percepção da divisão da sociedade em classes, uma dualidade representada pelos sujeitos inseridos numa ordem social capitalista. Os desajustados sendo a parte da população que não está inserida neste modelo de desenvolvimento, configuram-se na classe subalterna, a parte pobre e desqualificada da sociedade. O método utilizado pelo Serviço Social para chegar às causas dos problemas sociais era o positivista¹², não correspondendo à realidade das demandas da sociedade.

No período compreendido de 1960 a 1964, constata-se a presença de várias posições no trabalho do Serviço Social. Nota-se a presença de profissionais que ainda adotam uma visão acrítica. Há ainda aqueles que são favoráveis a reformas, mudanças equilibradas dos problemas da sociedade, assumindo uma postura reformista, mas que não colocam em dúvida a ordem social estabelecida.

No entanto neste período também aparece uma nova percepção de Serviço Social, com profissionais que conseguem refletir criticamente a sociedade, percebendo as contradições existentes e a necessidade de mudanças radicais. Aos poucos estes profissionais assumem um compromisso com as mudanças estruturais, se colocando a serviço do povo. Tal posicionamento recebe apoio de cristãos de esquerda, que se engajam ao MEB – Movimento de Educação de Base, organizado pela CNBB, que inicialmente propõem um trabalho de

¹² Caráter das doutrinas inspiradas em A. Comte que fundamentam o conhecimento em dados empíricos cujo teor subjetivo acaba por ser privilegiado (sensacionismo, intuicionismo, simbolismo etc.), muitas vezes, levando ao agnosticismo, ao relativismo ou ao misticismo.

alfabetização, passando depois para mobilização popular e para um trabalho de sindicalização, assim como o trabalho de Cultura Popular desenvolvido por Paulo Freire¹³. Contudo esse trabalho assumido também por parte dos profissionais em Serviço Social terá fim com o golpe de 1964.

Naquele período em que havia uma tentativa de postura profissional comprometida com um projeto político em favor das classes subalternas. Podemos confirmar isto no depoimento de um profissional que neste período estava ainda em período de graduação. Ele diz:

[...] desenvolvemos todo um trabalho junto ao movimento de educação de base que era ligado a Paulo Freire, o fundador. Este movimento havia no país como um todo, era muito forte principalmente no Nordeste, no Rio também era muito importante, contudo na ditadura todo o trabalho foi encerrado. Mas, o mais importante é que foi mantida esta base de pensamento pautada nas teorias de Paulo Freire, em que o trabalho pedagógico quer se faça sob o ponto de vista do Serviço Social, da Sociologia, da Engenharia, a forma de pensar e agir estabelece uma relação entre a realidade e de como isso se desenvolve junto às pessoas, em respeito aos sujeitos que são o objeto do Serviço Social (sujeito 01).

Nele percebemos a posição adotada por parte dos profissionais de Serviço Social, que procuravam alternativas de atuação diferentes das adotadas até então, de conservadorismo e manutenção em favor do capital.

3.2 SERVIÇO SOCIAL NO REGIME DE DITADURA: CENÁRIO COM VISTAS À TRANSFORMAÇÃO DA PROFISSÃO

Nos primeiros anos da década de 1960 o país estava repleto de intensos conflitos políticos internos que culminaram no golpe militar de 1º de abril de 1964. O país experimentou assim um novo regime político - a ditadura militar, caracterizada essencialmente por um

¹³ A proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire, criticava o sistema tradicional que utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa que comumente se denomina como linguagem de cartilha, por exemplo, *Eva viu a uva, o boi baba, a ave voa*, dentre outros. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire

período de intensa repressão política, cerceamento dos direitos sociais e políticos e abertura da economia aos interesses do capital estrangeiro.

Naquele momento o Brasil se encontrava totalmente dependente do capital internacional, estando sob a liderança política e econômica dos Estados Unidos. Aguiar (1995) salienta algumas características do regime: a) Controle social integral por parte do Estado; b) Engajamento do Brasil para com os Estados Unidos e países do Ocidente; c) Ênfase no capital privado - a economia do país passa a ser manipulada por multinacionais; d) Internacionalização da política e economia para a manutenção do regime; e) O país passa a ser refém da Ideologia da Segurança Nacional; f) Concentração de renda em mãos de poucos e o crescimento da pobreza na maior parte da população, conseqüentemente há o crescimento da Política Social, de forma compensatória para a manutenção e reprodução da força de trabalho; g) Realce na exportação do que é produzido no país; h) Governo autoritário e centralizado, para as elites; h) Liberalismo econômico, e individualismo além da concentração do capital.

O Serviço Social no âmbito de atuação estatal passa a adotar um caráter assistencialista, inserido em políticas sociais do governo, assumindo um compromisso com a classe dominante.

O período de ditadura militar compreendido entre 1964 a 1985 marca profundamente o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. Na primeira fase deste período ditatorial a profissão é marcada por sua criticidade vislumbrando perspectivas e avanços. Na América Latina emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, e essa perspectiva também é adotada no contexto brasileiro. Nesse momento há uma convergência de posicionamentos por parte dos profissionais diante das insatisfações existentes, levando a uma percepção da existência de limitações tanto no campo teórico-instrumental como político-ideológico, para uma atuação profissional que busca uma mudança social.

Com a instituição do AI - 5¹⁴ em 1968 e até 1974 o país se encontra marcado pela repressão aos setores populares organizados. Nesta conjuntura o modelo econômico adotado vive uma fase de crescimento acelerado denominado “milagre econômico”. Para Silva e Silva (2006) a ocorrência deste momento só foi possível porque através das tensões sociais existentes se permite o estabelecimento de medidas que estariam diretamente relacionadas

¹⁴ O AI-5 (Ato Institucional nº 5) foi baixado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais duro dos Atos Institucionais. Neste o Congresso Nacional se encontraria fechado por tempo indeterminado, suspendendo todas as garantias constitucionais e individuais. Opositores ao regime foram perseguidos, presos, torturados e mortos em todo o país, configurando o período de 1968 a 1974 como o mais rígido da ditadura militar. O AI-5 veio em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e a militância dos trabalhadores. Para maiores esclarecimentos ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984), Petrópolis: Vozes, 1984.

com transformações das relações de trabalho. O regime passa a criar os Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III, com políticas sociais que vislumbram uma integração social, tendo como objetivo através dos seus programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC)¹⁵, corrigir as distorções entre produção e consumo, impulsionando e acelerando o ritmo de desenvolvimento do país.

Na primeira fase do regime militar (1964-1968), com suas políticas sociais, trazem à prática do Serviço Social, uma tendência modernizadora empenhada em alcançar avanços técnicos na profissão, que passa a ser questionada uma vez que mantém os marcos do pensamento conservador na profissão. Parte da categoria profissional, não satisfeita, busca então uma ruptura com esta herança conservadora, apontando então o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

Seguindo esta nova tendência, a formação profissional do Serviço Social vai à busca de eficiência e modernização da profissão. Entende-se que planejar, coordenar e administrar são funções que desempenham papel fundamental. Alia-se ao esforço de capacitação profissional uma atuação em nível mais amplo para a participação em equipes interprofissionais.

O Encontro de Araxá, realizado em 1967, passa a ser o primeiro momento onde é sentido o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, apontando assim o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico - prática da profissão, outro momento significativo foi o Encontro de Teresópolis em 1972.

A partir de 1970 a perspectiva marxista aparece no contexto do Serviço Social brasileiro. Inicialmente discutida pelo estruturalismo, que se manifesta através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação que já acontecia no restante do continente latino americano. Como característica do momento se destaca a negação à prática institucional e a ênfase da militância política.

A efervescência desta nova perspectiva para o Serviço Social é confirmada por uma das entrevistadas quando fala da sua percepção a respeito da profissão e da militância:

[...] escolhi Serviço Social e ainda não tinha tanta consciência ideológica, mas no de correr da carreira e a partir do estágio no

¹⁵ Desenvolvimento de Comunidade (DC) é entendido como uma área de atuação profissional. Sua inserção nos currículos das Escolas de Serviço Social a partir do final da década de 1940 se deu como consequência dos programas desenvolvidos pela ONU, além de acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos.

INOCOOP, com outras companheiras de trabalho que também participavam de toda uma militância, fomos construindo toda uma forma de pensar que nos levou a acreditar principalmente que era impossível desvincular o que você fazia enquanto militante e o que você poderia estar fazendo enquanto profissional(sujeito 01¹⁶).

Destacamos ainda os esforços empreendidos por um grupo de profissionais que, em Minas Gerais no início dos anos 1970, formulam o método BH. O método se constituiu na mais significativa proposta crítica elaborada nessa época no Brasil por parte do Serviço Social, passando a influenciar setores críticos da profissão, principalmente aqueles que se encontravam nas universidades. O relato abaixo exemplifica a posição adotada pelos profissionais que tendiam a este Movimento de Reconceituação do Serviço Social:

[...] nesta época implantar um modelo de trabalho social que se baseava já no modelo da reconceituação (que era um movimento de bastante transformação dentro do Serviço Social. Que iniciou com a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte e que criou este modelo já na linha dialética, do método histórico estrutural). A partir de então montamos toda uma metodologia de trabalho específica, baseado neste modelo (sujeito 01).

Ainda que inserido no maior período de repressão do regime militar, havia alguns setores da categoria profissional que se posicionavam numa perspectiva crítica, de aprofundamento de uma prática orientada pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, trazendo a superfície à perspectiva de transformação social.

Conforme abordado na seção anterior, a rearticulação da sociedade civil e dos movimentos sociais (como o movimento popular pela moradia e o movimento sindical), saem da ilegalidade e passam a lutar e reivindicar por questões básicas em face da deterioração das condições de vida, somando a contestação da política econômica e do regime político. O relato seguinte exemplifica este momento:

¹⁶ Esta profissional, por ter vivenciado o período de ditadura militar, bem como as idéias inovadoras que emergiam no movimento de reconceituação da profissão nos trouxe contribuições para a compreensão do Serviço Social neste período.

[...] mais ou menos na década de setenta surgem muitos movimentos sociais, com todo um paradigma de transformação social, por meio da luta armada com utopias pró-conquista de direitos, fomos vendo que era muito importante estar junto ao movimento, principalmente naquela época - o movimento sindical. Na medida em que os sindicatos começaram a se rebelar contra toda a repressão da ditadura, então tivemos uma atuação conjunta aos sindicatos (sujeito 01).

O relato acima também remete as lutas empreendidas pelo movimento operário, e ao período de surgimento dos novos movimentos sociais, que na seção anterior mostramos que se identificam com lutas mais específicas e de caráter global. No Brasil esses novos movimentos se multiplicam e ganham mais visibilidade somente na década de 1990.

A questão social no regime militar segundo Silva e Silva (2006) foi enfrentada pelo binômio repressão - assistência, a assistência permaneceu subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, desta forma funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. No entanto, de forma oposta, a assistência aparece no seio das lutas políticas dos setores populares, que traziam como demanda a conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores.

Com a existência de contradições no interior da sociedade, provocadas por insatisfação com o regime posto, a rearticulação das instituições da sociedade civil crescem, emergindo num movimento popular articulado e aliado. As Comunidades Eclesiais e Base (CEBs)¹⁷, ligadas a Igreja Católica, associada ao novo movimento sindical que surge nas áreas urbanas, foi capaz de provocar as grandes greves operárias no ABC paulista nos anos de 1978, 1979, 1980 e 1982. O Serviço Social neste contexto passa a ser pressionado no âmbito Estatal para que atue junto ao Estado como mediador entre o aparato assistencial que este dispõe e seus beneficiários e também desempenhe a função de conquistar o apoio da população perante os programas governamentais de desenvolvimento.

A pressão exercida por parte dos movimentos sociais populares coloca novas demandas à prática dos assistentes sociais. O Serviço Social busca apoio aos seus esforços de organização com o intuito de repassar os serviços e programas para a população, considerando suas reais necessidades, inclusive de sobrevivência material, e assim acaba

¹⁷ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são segundo Alves (1984) pequenos grupos de fiéis da Igreja Católica que se organizam junto a uma paróquia urbano ou rural. Sua importância se fez na capacidade de despertar a consciência crítica da condição de opressão da população que por elas eram atendidas, tendo por finalidade ações que buscavam a mudança social, trabalhando pelo fortalecimento dos movimentos populares de base.

contribuindo para o avanço da luta organizada dos movimentos. O comprometimento do Serviço Social com as classes menos favorecidas da sociedade neste período de pauperização social é verificado no relato a seguir:

[...] conseguimos ver que realmente o trabalho do Serviço Social estaria a favor das classes menos favorecidas da sociedade. Então com isso, me fez acreditar, e nunca me desvinculei de um trabalho que estivesse ligado às camadas populares, de baixa renda da sociedade (sujeito 01).

Percebemos neste relato que novos ideais se inserem no interior da categoria profissional. Esta busca de ruptura com práticas profissionais conservadoras e tradicionais deveria estar vinculada com um projeto ético-político e reconstruindo suas bases teórico-metodológicas.

O Movimento de Reconceituação passa a ser orientado por uma base dialética de concepção de Estado ampliado¹⁸, com a influência dos estudos de Gramsci, percebendo a instituição Estado como espaço contraditório e de luta de classes. Ainda segundo Silva e Silva (2006) neste momento se empreendem forças no sentido de fortalecer as práticas institucionais, colocadas na articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. Desta forma os trabalhadores sociais teriam que criar estratégias para o agir profissional, numa perspectiva de apoio aliado às classes subalternas e utilizando os espaços institucionais para alcançar as mudanças sociais desejadas, objeto de suas lutas junto aos movimentos sociais.

A soma de forças entre os movimentos sociais que emergiam no interior da sociedade, e as novas percepções do Serviço Social, com vistas a novas práticas que conferiam um novo ânimo de mudança e transformação social e superação do regime político, é percebida no relato seguinte:

[...] naquele tempo os movimentos sociais estavam fortes principalmente os sindicatos dos metalúrgicos, o sindicato dos engenheiros e dos bancários. Foi uma soma de lutas que tivemos, uma experiência também dessa militância, ela foi muito forte, muito importante, inclusive para o conjunto todo das assistentes. Conseguimos ver a importância do compromisso e do engajamento

¹⁸ A concepção de Estado ampliado elaborada por Gramsci “em termos gerais” define o “Estado em sentido integral, entendido como uma relação orgânica específica entre sociedade política e sociedade civil, através da qual se estabelece e organiza a hegemonia de um determinado projeto de sociedade”. (Burgos, 2006, p.1)

desse corpo de assistentes sociais junto às lutas que se davam naquele momento, porque era muito duro tudo, muito fechado, não se tinha acesso a nada, estudávamos com livros escondidos(...) tudo isso era muito grave, o que estava acontecendo, e a gente queria ver como encontrava um caminho pra sair disso né?! (sujeito 01).

Chama a atenção no relato, a ênfase dada a condição de compromisso junto aos movimentos sociais para um exercício profissional também comprometido com mudanças sociais onde o engajamento para que isso acontecesse passava por uma perspectiva de militância.

O ano de 1979 é marcado por intensas articulações para que ocorressem reais mudanças no Serviço Social, é tido como o “ano da virada” (SILVA E SILVA, 2006, p.40). No III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais era perceptível o avanço e a reorganização política da categoria. Outro acontecimento que merece destaque foi o movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, que obtém êxito e derruba a direção. Inicia-se um movimento de rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais. Em nível nacional a categoria propõe uma rede de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais. Em 1979 a Associação Nacional de Ensino de Serviço Social (ABESS) institui um novo currículo mínimo que se torna obrigatório em 1982. Em 1983 cria-se a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e juntamente com o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) exerce pressões a fim de incorporar novas demandas que emergem de camadas populares, forçando uma mudança também na formação profissional. Desta forma, a prática profissional passa a se articular a lutas políticas maiores da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Silva e Silva (2006) assinala que no período de 1974 – 1985 os assistentes sociais se movimentam de forma intensa nas três dimensões que constituem a profissão a político-organizativa, a acadêmica, e a de intervenção profissional no âmbito de organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais.

3.3 O SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA NOVA REPÚBLICA

O Brasil a partir dos anos 1980 vive um período de enfraquecimento do regime de ditadura e conseqüentemente um período de abertura política que culmina com as eleições diretas de 1989. Na Nova República vive-se uma crise das estruturas do Estado, que seguindo

o modelo neoliberal prevê a minimização do papel do Estado. Durante a década de 1980 o governo emite vários pacotes econômicos na tentativa de conter a crise, que acabaram por agravar ainda mais a instabilidade econômica piorando as condições da população.

A conjuntura de crise traz ao Serviço Social novos desafios na busca de alternativas profissionais para a crise vivida no contexto de transição política do país.

O maior desafio que se coloca para o Serviço Social é o de encontrar meios para atender às demandas que partem das classes dominantes, principalmente via Estado, e as demandas dos setores populares não organizados que se apresentam de forma individual. Os indivíduos procuram por assistência imediata as suas necessidades, assumindo uma posição de subordinação e dependência. Existem ainda as demandas que emergem dos setores populares organizados, que buscam apoio para suas lutas e reivindicações, colocando a assistência numa perspectiva coletiva e política e a cidadania no âmbito dos direitos.

A Constituição Federal de 1988 embora tenha sido um marco na consolidação democrática do país após o período de ditadura é considerada um entrave à governabilidade, pois a perspectiva de universalização dos direitos sociais conquistados favoreceriam o clientelismo e potencializavam o aumento da corrupção.

Segundo Silva e Silva (2006) nos anos 1990 as bases do neoliberalismo¹⁹ se aprofundam no país. O liberalismo econômico e político, seguindo o modelo disseminado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, forçam o aumento da dívida externa do país e a produção para a exportação. Assume-se uma postura de subsídio para a economia privada, onde o bem estar social segue as regras da política econômica adotada.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada em 1993 incorporando o tripé da Seguridade Social, Assistência, Previdência e Saúde. Os esforços dos profissionais são empregados no combate a fome e a pobreza. As políticas sociais criadas nos anos 1990 e reforçadas da primeira década do século XXI têm por finalidade a redistribuição de renda aos mais pobres, porém condicionam e reafirmam seu caráter excludente e clientelista.

Com a reconfiguração dos movimentos sociais populares e sindicais a partir da década de 1990, a atuação do Serviço Social novamente se configura na busca de alternativas por práticas profissionais emancipatórias, que tragam ao usuário a percepção de sua importância

¹⁹ Entende-se por neoliberalismo a doutrina, em vigor nas últimas décadas do século XX, que favorece uma redução do papel do Estado nas esferas econômicas e sociais, caracterizadas principalmente pela diminuição da intervenção governamental em economias capitalistas, gerando como resultado a adoção de políticas sociais de natureza assistencial e de políticas econômicas de estímulo à demanda, em situações de recessão.

como sujeito de direitos. Os profissionais estariam agora ligados a um projeto ético-político profissional e segundo Netto (1999),

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999, p. 15).

O serviço social traz na sua história de atuação profissional uma intensa ligação com os movimentos sociais, principalmente os urbanos, em lutas por moradia popular, melhores condições de vida para a população menos favorecida, lutas de classes e sindicatos. Esteve sempre unindo e mobilizando forças junto a estes segmentos na busca de mudanças sociais, seja para a superação de um regime político com suas implicações na sociedade, eu seja pela garantia de direitos. Assim como a história do país a história da profissão não acontece de forma linear tampouco homogênea, tal qual é o próprio movimento social. Conforme Silva e Silva (2006), o Serviço Social se dá através de,

[...] um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pelas divergências e contradições entre as próprias forças que se colocam na perspectiva dos interesses dos setores populares (SILVA e SILVA, 2006, p. 43).

Desta forma, é necessária, em cada momento histórico, a união de esforços por parte dos profissionais na busca de alternativas que rompam com as desigualdades geradas no seio da sociedade. Estas devem estar sempre vinculadas aos preceitos dispostos no Código de Ética da Profissão, buscando alternativas de criação e ocupação de espaços para proposição de políticas sociais que provoquem uma real mudança nas bases da sociedade.

Os assuntos tratados até o momento são de grande importância para que na seção seguinte, ainda que de forma breve, possamos compreender a assessoria enquanto prática profissional do Serviço Social.

4 ASSESSORIA COMO PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Esta parte do trabalho tem por objetivo discorrer sobre a assessoria que vem sendo realizada por profissionais de Serviço Social junto ao Movimento Sociocomunitário no município de Florianópolis. Tentaremos identificar as características dessa prática, seus objetivos, bem como a quem ela se destina.

A instigação sobre a questão da assessoria surgiu a partir da experiência de estágio obrigatório, realizado no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), quando se colocava em discussão as práticas realizadas pelo Núcleo. Era solicitado aos profissionais do Núcleo que atuassem como assessores junto aos movimentos sociocomunitários, porém nos questionávamos se a prática realizada poderia ser realmente compreendida como prática de assessoria.

No decorrer desta seção apresentaremos os dados que se manifestaram a partir da pesquisa exploratória. Vale lembrar que esta é uma primeira aproximação com a temática e, portanto, sugere-se um aprofundamento posterior.

Os sujeitos desta pesquisa são Assistentes Sociais que atuam e ou atuaram junto ao Movimento Sociocomunitário de Florianópolis nos últimos dez anos, período compreendido de 1998 a 2007, sendo estes trabalhadores remunerados pelo exercício profissional desenvolvido, e estarão identificados conforme o quadro abaixo:

Numero identificador	Idade	Ano de graduação	Tempo de atuação	Tipo de organização ao qual se vincula	Tipo de vínculo
01	61 anos	1969	23 anos	Organização sem fins lucrativos	Contrato de prestação de serviços
02	26 anos	2006	1 ano e meio	Organização sem fins lucrativos	Contrato de prestação de serviços
03	25 anos	2006	1 ano e meio	Empresa privada	C.L.T.
04	35 anos	1996	11 anos	Organização sem fins lucrativos	Contrato de prestação de serviços

Quadro 01 – Identificação dos sujeitos da pesquisa

Esta parte do trabalho se relaciona diretamente com os assuntos abordados nas seções anteriores, pois situando a trajetória histórica da profissão no contexto brasileiro se verifica sua proximidade com os movimentos sociais que emergiram nas conjunturas políticas do país, refletindo na sua atuação junto a este segmento. Aqui será particularizada esta atuação em uma das expressões do movimento social que é o Movimento Sociocomunitário da cidade de Florianópolis.

4.1 SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Para que possamos adentrar na discussão da prática de assessoria desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social, se faz necessária algumas considerações sobre a prática profissional do assistente social.

Entendemos e concordamos com Iamamoto (2001) quando afirma que esta prática é analisada como trabalho, pois este profissional está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho. E é por meio do trabalho que se dá a satisfação das necessidades humanas. E mais, “É por meio do trabalho que o homem se afirma como *um ser que dá respostas* prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades” (IAMAMOTO, 2001, p. 60).

Porém, pensar sobre a prática profissional, segundo Sarmiento (2005) não se resume apenas em refletir sobre ações imediatas, sendo necessário um subsídio teórico que a fundamente. No caso, o autor remete a teoria social marxista, fundada no materialismo dialético, e que se desenvolveu através das teorias da luta de classes e da contradição entre o capital e o trabalho.

O mesmo autor ressalta que na prática profissional do assistente social, sua relação com os sujeitos é intermediada por um instrumento, ou seja, um potencializador de força, concentrando todo o conhecimento disposto pelo profissional. Quando este faz uso do instrumento como um meio de trabalho, em uma dada direção, expressa o projeto social que pretende alcançar.

Esta breve aproximação é necessária para compreendermos a prática de assessoria desenvolvida pelos assistentes sociais e que será discutida a seguir.

4.2 DEFININDO ASSESSORIA EM TERMOS GERAIS

Na busca de respostas acerca do que é e como ocorre a assessoria como prática dos profissionais de Serviço Social, partiremos do conceito técnico e generalista apresentado no dicionário, que segundo Ferreira (1999), define assessorar como o ato de servir, assistir, auxiliar tecnicamente, graças a conhecimentos especializados em dado assunto.

A partir desta primeira noção de assessoria como ação técnica, pode-se depreender que a prática de assessoria exige um profissional dotado de conhecimentos específicos na área em que presta este serviço, e para realizá-lo é necessário conhecer detalhadamente as percepções e perspectivas do sujeito ou órgão assessorado para alcançar os objetivos pré-determinados.

Nesta perspectiva, Bravo e Matos (2006) entendem que o perfil de profissional para executar a assessoria deve ser aquele com capacidade de propor estratégias que poderão ou não ser empregadas pela equipe ou sujeito assessorado. Deve ser um profissional com capacidade de analisar a realidade e apresentar estratégias compatíveis com esta, exercendo um papel intelectual, e contribuindo na busca pela emancipação das classes subalternas²⁰, distanciando-as da alienação e supressão política, econômica e social.

Este profissional deve ter como característica um olhar diferenciado por estar no lado de fora da situação a qual assessora. No entanto, não pode abster-se de ouvir e compreender a visão do assessorado, pois esta é uma prática que comporta uma relação de troca de experiências onde os sujeitos envolvidos acrescentam um ao outro, avaliando os processos e qualificando suas análises, tendo como finalidade resultados mais precisos. Neste sentido Vasconcelos (1998) salienta que nos processos de assessoria as relações estabelecidas entre o

²⁰ O termo “classes subalternas” é identificado por Carmelita Yazbek (1993) como o conjunto de classes sociais no país, e em especial a dos trabalhadores urbanos, que convivem com a experiência da pobreza, que vai além das dificuldades de sobrevivência. Acabam inseridos em uma sociedade que os coloca em condição de castas sociais.

assessor e o assessorado, devem romper com o caráter hierarquizador e subalternizante, dando lugar à participação de todos os sujeitos envolvidos.

Entende-se que a demanda de assessoria ao Serviço Social se constitui como prática de trabalho da profissão. Esta prática pode ocorrer de formas indiretas, através de prestação de serviços a órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas. O profissional responsável pela assessoria normalmente atua como prestador de serviço à organização demandatária dos serviços, e em muitos casos não possui vínculo empregatício com a instituição e seu trabalho se caracteriza como uma forma de monitoramento e ou acompanhamento de ações.

Para uma efetiva realização da assessoria, espera-se que os profissionais possuam habilidades como a negociação, atualização e aprimoramento teóricos constantes, habilidade de manejo da informática, iniciativa, espírito de liderança, criatividade, bom relacionamento interpessoal e com equipe.

4.3 ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme já abordado nas Seções anteriores, em razão das conjunturas históricas do país, ocorreram momentos de intensa participação da população. Essas lutas levaram os movimentos sociais a se constituírem e tornarem-se espaço privilegiado para atuação profissional do assistente social. Esta prática se deu muitas vezes, através de assessoria aos movimentos. Segundo Raichelis e Rosa (1985), esta atuação se deu em dois níveis. O primeiro buscou fortalecer as formas de organização coletiva, garantindo a afirmação de sua autonomia. Num segundo nível atuou no sentido de informar a população acerca de um conhecimento específico sobre o aparato estatal, e seus mecanismos de atendimento das reivindicações populares, além de informar quanto à existência de entraves burocráticos criados pelo Estado como forma de desmonte dos movimentos sociais.

Desta forma, a perspectiva da prática de assessoria visualizava uma atuação político-pedagógica, que para Raichelis e Rosa (1982) colocava o assistente social num papel de,

[...] assessorar a população na relação que ela deve estabelecer com as instituições facilitando o seu acesso ao cumprimento das exigências que representam uma dificuldade real (por exemplo, redigir um documento, idas coletivas à Prefeitura, obtenção de informações, mapeamento da área etc.), significa facilitar sua inclusão nos serviços institucionais a que tem direito e forçar as instituições a redimensionarem suas prioridades (RAICHELIS e ROSA, 1982, p 63).

O papel de assessoria, portanto passa por uma prática de instrumentalização das lideranças dos movimentos sociais frente a um aparato estatal que em muitas situações, através da burocracia acaba por emperrar o atendimento às reivindicações da população. Neste sentido a assessoria estaria subsidiando uma aproximação com os meandros e os caminhos para a obtenção de resultados no processo de lutas sociais.

Assim Gohn (1990) afirma que:

[...] as assessorias passaram a ser os grandes agentes de intermediação entre os movimentos e as novas políticas sociais, entre o povo e o governo [...] nos processos de negociação as assessorias desempenham papel de mediação fundamental [...] objetivando assessorar os movimentos em suas demandas cotidianas.

Observamos, portanto, que a assessoria não se limita apenas à prática realizada por profissionais especializados, se configuram e se configuravam especialmente nos anos de 1980 como instituições de prestação de serviços, assim como ONGs, centros especializados de assessoria em determinada área de atuação profissional.

Verificamos que a prática de assessoria se constitui como uma das competências e atribuição privativa do assistente social conforme definido na Lei Nº 8.662 que regulamenta a profissão, porém esta prática não se aplica somente aos movimentos sociais, como se verifica nos dispositivos expressos abaixo,

Art. 4º Constituem competências do assistente social:

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

Art. 5º Constituem atribuições privativas do assistente social:

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

Sendo a assessoria desenvolvida, buscou-se a compreensão de quais ferramentas os assistentes sociais fazem uso na sua atuação. Para tanto nos foram apresentados, através dos relatos das entrevistas, como os instrumentos mais utilizados: as reuniões que tem por finalidade o agrupamento para a realização de um objetivo comum aos indivíduos, sendo uma forma de interação entre eles; os grupos de discussão caracterizados por Sarmiento (2005) como um conjunto de pessoas interdependentes que passam a construir um tipo de relação, com formas de organização interna e objetivando uma tarefa coletiva; as assembleias sendo

um tipo de reunião de caráter deliberativo decidindo sobre questões comuns aos sujeitos; as visitas à comunidade, ou seja, um instrumento que aproxima o profissional dos seus usuários além de potencializar um conhecimento da realidade social a qual o ele se encontra; oficinas de capacitação, caracterizadas como espaços onde se desenvolvem aptidões e habilidades mediante atividades orientadas por profissionais capacitados; a coordenação das atividades desenvolvidas na assessoria. Como exemplo disto temos os depoimentos abaixo.

Os instrumentos utilizados são todos aqueles que o Serviço Social pode lançar a mão [...] a organização das reuniões, algumas capacitações, oficinas que você desenvolve, não você propriamente, mas articulando com outras.[...] ações de articulação, que vise participação efetiva nas ações das comunidades porque isso também é importante (sujeito 04).

[...] os grupos, as reuniões com o próprio poder público, as articulações com as lideranças, os encontros com as mulheres (sujeito 02)

De acordo com os objetivos da pesquisa buscamos identificar se os profissionais de Serviço Social que atuam ou atuaram junto às organizações que integram o Movimento Sociocomunitário de Florianópolis realmente percebem a assessoria como uma prática do assistente social no conjunto de suas competências e/ou atribuições profissionais.

As respostas ao questionamento afirmam que a prática de assessoria é de competência profissional dos assistentes sociais, pois os profissionais estariam preparados teórico e metodologicamente para o exercício profissional que exija ações na área de assessoria. O relato abaixo ilustra esta afirmativa,

[...] com certeza. Eu entendo realmente que é uma das práticas do profissional de Serviço Social (...) eu conceituo a assessoria como uma facilitação, como uma mediação, podemos pensar em um leque de opções que a assessoria prevê pro Serviço Social. Desde a articulação. O assistente social tem conhecimento pra facilitar a articulação com as entidades do movimento, na mediação realmente, porque existem interesses e isso é importante que se medie, o próprio entendimento do que significa coordenar e participar dos movimentos, e isso o Serviço Social tem condições de assessorar, essa relação. Penso que é isso, mas com certeza é prática do assistente social, acho que o profissional está capacitado pra isso (sujeito 04).

Observamos que os profissionais ao conceituar a assessoria lhe atribuem vários sentidos. Como verificamos no relato anterior em que o sujeito ao definir assessoria como mediação, coloca o assistente social em uma relação entre dois sujeitos, que propõem uma intervenção com finalidade de produzir algum tipo de acordo entre as partes. Nos questionamos a quem serve essa mediação, se aos interesses dos movimentos sociais objeto da intervenção profissional ou aos interesses das instituições que são pressionadas pelos movimentos sociais? Desta forma, ressaltamos a função do assistente social, que neste caso se aproxima mais do sentido de intermediação, ou seja, facilitação frente aos sujeitos envolvidos do que a de mediação²¹, que concede ao profissional um papel de negociador de interesses.

Já o sujeito seguinte conceitua assessoria de maneira diferente:

Sim. É campo de trabalho para o Assistente social, onde este profissional se expressa com suas competências teórico-metodológicas, contribuindo para o processo de formação da sociedade que constituímos (sujeito 02).

Na fala acima o sujeito entende assessoria como um campo de trabalho, sendo este um setor que emprega os assistentes sociais, seja na esfera pública ou privada, em que sua atuação se insere no processo de ‘formação da sociedade’. cremos que apesar da forma como a profissional se expressou, ela se posiciona em favor da transformação da sociedade a qual fazemos parte. No entanto, a assessoria não deve ser compreendida apenas como uma prática que se insere em novos campos de trabalho. Segundo Yamamoto (2001) a assessoria deve ser percebida numa perspectiva de instrumentalizar a classe trabalhadora. Se constituindo no Serviço Social como uma prática interventiva que busca a superação das desigualdades sociais com vistas a uma nova ordem societária. E para que isso ocorra demanda do profissional constante aprofundamento teórico, comprometido com os fundamentos ético-políticos da profissão.

Dois de nossos sujeitos não definem a assessoria conceitualmente, mas exprimem o sentido em que ela ocorre. Um dos entrevistados diz:

Então nós como assessoria montávamos todo o projeto para eles, projetos que eram enviados ao governo. Construíamos esses projetos junto com eles, íamos a campo para pesquisar terreno, se tinham viabilidade ou não, quantas casas dariam naquele terreno, o que seria

²¹ Para maior aprofundamento sobre a categoria analítica de mediação, ver conhecimentos produzidos por Reinaldo Pontes. Ver nas referências.

melhor e tal, discutíamos então todo um processo que era de participação total junto às famílias, ao grupo que se constituíam (...) sempre fomos um grupo de assessoria sim, mas não de assessoria técnica simplesmente, nós nos ligamos totalmente à luta maior na sociedade e por isso mesmo nós construímos, formamos e ajudamos a formar (...) o nosso papel enquanto assessores técnicos também é um papel de militante por luta pela moradia junto aos movimentos. Então nunca estivemos de forma diferente nisso (sujeito 01).

No relato acima, a assessoria é desenvolvida por uma organização, o sujeito associa o conceito com a finalidade da realização da prática, sendo que para ele a prática deve estar vinculada à militância social, defendendo as bandeiras de lutas dos movimentos aos quais a organização em que desenvolve sua atuação profissional também se vincula.

Ainda conferindo atribuições diferentes sobre o conceito de assessoria entendido pelos profissionais, destacamos o relato abaixo:

A assessoria é nesse sentido, de mostrar esses outros espaços que ele também pode estar participando, não só na comunidade, mas enquanto liderança, enquanto representantes de associações, em relação à questão do Plano Diretor que hoje é bem forte também na cidade. [...] Então vai nesse sentido de mostrar esta importância mesmo, da participação (sujeito 03).

Nele o profissional confere a assessoria uma forma de intervenção que se confunde com a própria intencionalidade das ações desenvolvidas, quer seja a busca pela mobilização da população onde se inscreve a atuação, ou mostrando aos sujeitos a importância de sua participação social na busca de alternativas para melhoria das condições de vida local. Neste momento no remetemos a conceituação de assessoria de Matos (2006) em que o

[...] assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições (MATOS, 2006, p. 32).

Como bem destacado no último depoimento, entendemos impossível trabalhar a categoria movimentos sociais sem termos claro o que é mobilização e participação. Neste sentido Toro y Werneck ,

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a

construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (TORO e WERNECK, 1996, p 11).

Sobre participação, buscamos Sawaia (2001), pois segundo a autora, “Quando discutimos participação, estamos nos posicionando sobre concepções de sociedade, de cidadania, de ética e de justiça, bem como sobre... movimentos sociais...”. Quando o ato de participar está vivo no cotidiano dos cidadãos, ele adquire o que Sawaia (2001) define como “participação como potência de ação”, onde deixamos de ser sujeitos sociais passivos, receptores de políticas e passamos a nos perceber como parte da criação destas.

Observamos a importância dada pelos profissionais na busca pela participação das lideranças comunitárias e a articulação destas em lutas da comunidade. Neste sentido Gohn (2003) identifica que a participação comunitária acaba gerando o fortalecimento da sociedade civil, através de uma relação entre os órgãos representativos desta sociedade e os órgãos deliberativos e administrativos do Estado. No depoimento abaixo a profissional percebe no desenvolvimento da prática os instrumentos de que se dispõem não são suficientes para atingir os objetivos das ações, e conseqüentemente da assessoria, faz-se necessário buscar novas alternativas, porém não define quais são estas alternativas:

[...] É claro que temos que trabalhar com os instrumentos que nós aprendemos, que nós construímos, principalmente a reunião que é importante porque ouvimos todos, e todos participam (desde que você abra espaço para todos). Mas como não é algo que eles tenham costume, ou pelo menos por enquanto não conseguem ainda fazer esse movimento, então tivemos que ver estratégias de atuação, construir estratégias que conseguisse chegar até eles (sujeito 03).

É em vista dos desafios profissionais que emergem na sociedade, que o assistente social necessita constantemente fazer uma leitura atenta da realidade, na busca por modificá-la. Iamamoto (2001, p. 20) salienta que,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Neste sentido Cassab (1995) sustenta que a partir de questões que surgem no cotidiano da prática profissional do assistente social, ele deverá ser capaz de inovar/reciclar seu arsenal

técnico aumentando seu conhecimento teórico a respeito das diversidades e incorporando na produção de seu trabalho.

Aos profissionais entrevistados perguntamos qual a finalidade a ser atingida pela assessoria, uma vez que toda ação proposta se destina a um público alvo. São os sujeitos que compõem o movimento sociocomunitário, e neste espaço estão presentes desigualdades sociais, que geram conflitos e possibilitam manobras no jogo de interesses da classe dominante²².

A partir do entendimento do que é assessoria e compreensão acerca das ferramentas utilizadas pelos assistentes sociais, buscamos identificar a finalidade desta prática junto aos sujeitos assessorados. E que para o desenvolvimento da prática (ou do exercício de sua profissão) o profissional deve fazer o uso de seu aporte teórico-metodológico e ético-político para a modificação e superação das necessidades sociais, os tornando meio para alcançar os resultados pretendidos. Recorrendo à assessoria como prática o assistente social faz “[...] o uso daqueles meios e instrumentos imprescindíveis ao agir profissional, através dos quais estes podem passar da mera intencionalidade (...)” (GUERRA, 2000, p. 5).

O relato abaixo exprime as finalidades, ou as intenções da assessoria na visão dos profissionais:

[...] o trabalho em si teve mais o objetivo de motivá-los, de impulsioná-los á participação, porque ficam todos em um estado de apatia, esperando um pelo outro. Então como ali a organização não é tão forte, no sentido de sua formalização, e porque quando eles querem, eles conseguem as coisas (...) e o trabalho do Serviço Social é nesse sentido, de mostrar a importância dos encontros dos grupos, que eles tem pra comunidade, que a comunidade tem pra eles, além de outros espaços que eles podem estar participando na cidade, que não é só na comunidade deles (sujeito 03).

Na fala do sujeito 03 identificamos a presença de uma prática profissional caracterizada por Silva e Silva (2006) pertencentes ao campo das ações sócio-educativas²³, vislumbrando no horizonte a transformação social.

²² Entendemos como classe dominante, a classe social detentora do poder em suas instâncias políticas, econômicas e sociais e que fazem o uso de meios de coerção para permanecer nesta posição.

²³ As ações sócio-educativas são ações que através de sua intenção de instruir ou de conter, ganham relevância sobre a dimensão pedagógica do exercício profissional de assistentes sociais, assinaladas por Abreu (2002) na trajetória da profissão em três perspectivas: a pedagogia da ajuda que traz como característica a individualização dos problemas; a pedagogia da participação caracterizada pela introdução de idéias de desenvolvimento no país

Acho que a finalidade com certeza é a emancipação desse Movimento, é o crescimento do Movimento, é o entendimento do Movimento Sociocomunitário enquanto espaço, a ocupação dos espaços de controle, acho que esse é um dos pontos principais, porque infelizmente hoje existem os espaços de controle social, mas as pessoas não estão preparadas pra assumir esses espaços (sujeito 04).

No relato acima a finalidade da intervenção profissional almeja a emancipação do movimento, e seu crescimento. Mas o que seria a emancipação de um movimento se aquilo que o funda são suas bases de autonomia frente às instituições e aos partidos políticos? Quais seriam as dificuldades que não garantem a emancipação do movimento sociocomunitário? Estas questões permanecem para serem aprofundadas em estudo futuro.

Ainda sobre as finalidades da assessoria, um entrevistado diz:

Todas as ações têm por finalidade principal a busca e a concretização de direitos, assim como se estabelecem junto a comunidade em forma de troca de saberes, atuando “lado a lado” às lideranças comunitárias (e a muitas pessoas que não recebem tal título), valorizando suas vivências que não foram acadêmicas, mas marcadas por muita luta e mobilização coletiva durante anos, valorizando e enriquecendo o seu protagonismo cidadão (sujeito 02).

Novamente no relato deste outro profissional não se identifica com clareza a finalidade das ações empreendidas pela assessoria, pois a busca pela concretização de direitos por si só não significa a garantia de mudanças sociais, por exemplo, a concessão de um benefício assistencial é um direito, mas, não define estratégias de mudança. Assim de acordo com um entrevistado o,

[...] fundamental é realmente informar, dar consciência àquela pessoa de quem é ela nessa sociedade, porque tá estabelecido, porque ela é uma pessoa carente, no sentido da carência que ela vai buscar determinado altruísmo (sujeito 01).

No relato acima encontramos um equívoco bastante comum na fala dos assistentes sociais e ao qual ainda encontramos resistência, pois informar não é ‘dar consciência’. A informação também é considerada como um instrumento de atuação do assistente social e seu significado se aproxima mais ao ato de ensinar, instruir, lembrando, porém que esta competência não cabe apenas aos profissionais de Serviço Social, mas a outras categorias profissionais que também buscam alterar as condições de desigualdades inerentes à sociedade capitalista.

Identificamos que a assessoria desenvolvida pelos profissionais entrevistados tem como alvo as lideranças comunitárias, e a busca de novas lideranças que possam conduzir e organizar formalmente e estruturalmente o movimento sociocomunitário. Considera-se que lideranças capacitadas, ou seja, instrumentalizadas politicamente, estariam aptas para atuar junto ao poder público e desta forma, estariam menos suscetíveis a manipulação e cooptação por parte dos partidos políticos e do próprio poder público, do quando transfere a organização e formalização de documentos para os assessores.

No relato abaixo a profissional expressa os riscos presentes na atuação das lideranças comunitárias quando estas não são capazes de perceber a importância da formalização, e do registro documental, quando estas se dirigem ao poder público com demandas e reivindicações:

[...] Você assessora pra que eles assumam o controle total do processo, e controle total não significa participar das ações especificamente das reuniões, ou de audiências, ou de reuniões com prefeitura, ou com conselhos, não é só isso. O processo do depois, do formalizar isso, organizar documentação pra que isso seja formal. Nós sabemos que hoje é com o poder público com quem se dá à maioria dos embates com o movimento, eles têm uma capacidade incrível de falar, falar e não dizer nada, e se você não tá preparado para essa negociação (isso significa estar preparado desde a argumentação até a documentação), significa correr riscos de ser enrolado. Eles são muito bons na argumentação, mas a formalização, e a documentação, isso tudo é um problema (sujeito 04).

Quando o profissional relata que “eles são muito bons na argumentação” compreendemos que, os sujeitos que compõem o movimento sociocomunitário têm clareza quanto suas posições políticas e seus direitos, mas quando recortamos o trecho seguinte “mas a formalização, a documentação isso tudo é um problema” identificamos a fragilidade destes mesmos sujeitos frente a um processo burocrático que coloca a mesma formalização como

entreve ao desenvolvimento de soluções para as reivindicações. A profissional aponta ainda, um possível fator de dificuldade para a elaboração documental,

Claro que isso nos remete a outras questões (...) que a maioria das lideranças são 'semi-analfabetas'. Significa na verdade organizar de um modo que todas as lideranças tenham um papel específico, e tenham suas capacidades consideradas e trabalhadas da melhor maneira possível. Óbvio que você não vai poder de maneira alguma dizer que as lideranças vão ter aprender a fazer uma ata se este sujeito não sabe nem ler (sujeito 04).

A assistente social consegue visualizar uma alternativa para este entrave, mas diz que não cabe ao assessor decidir:

Mas de que modos esse movimento se organiza (?) nem que seja na contratação de uma pessoa específica pra isso, nesse sentido é que existe uma certa acomodação. De que isso é um nó que precisa ser desatado. Seja você aproveitando essa assessoria pra aprendizagem, seja o entendimento de que o Movimento vai ter que se organizar com a parte específica que é de juntar todos esses meandros para que não ocorram desvios, digamos assim, do processo (sujeito 04).

Sabemos, porém que a documentação não é o maior dos problemas a serem enfrentados pelas lideranças comunitárias e demais sujeitos que compõem o movimento sociocomunitário, compreendemos que a não participação e a cooptação destes sujeitos sim, configura-se como ameaça aos objetivos do movimento. Na perspectiva de Alves (2004, p. 04),

A assessoria, como proposta viabilizadora do projeto profissional, consiste em contribuir efetivamente na organização da população e sua instrumentalização/capacitação, para que ela se converta em agente de seu próprio desenvolvimento (...), tendo em vista o encaminhamento de soluções que viabilizem o atendimento de suas demandas, bem como o seu fortalecimento como classe organizada.

O profissional comprometido com as demandas das classes subalternas estará fundamentado com os pressupostos teórico-metodológico e do Código de Ética da Profissão. E, desta forma atentar-se para que a prática de assessoria não acabe por se reduzir a uma mera reprodução mecanizada de ideologias que podem converter os movimentos sociais em um

projeto de dominação e assim, recriar e aperfeiçoar as relações sociais de exploração e controle social.

Levantou-se ainda como questionamento a efetividade da prática de assessoria em relação ao fortalecimento e o avanço do movimento sociocomunitário, pois através da avaliação da assessoria poderíamos verificar se as finalidades propostas pela prática de trabalho estariam sendo alcançadas no movimento sociocomunitário.

As assessorias desenvolvidas pelos profissionais eram avaliadas por eles como positivas quando se possibilitou a obtenção de informações e socialização destas, bem como a garantia da inclusão dos sujeitos em grupos de discussões que ocorriam na localidade. Desta forma, a mesma contribuiu para que os sujeitos assessorados caminhassem em direção à emancipação de suas ações, oportunizando análises críticas sobre a sua realidade e a participação em espaços de discussão junto ao poder público (aqui representado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis²⁴). Uma das discussões atuais se refere ao Plano Diretor Participativo que está sendo elaborado na cidade, conforme abordado anteriormente no item Movimento Sociocomunitário.

No relato abaixo observamos a avaliação acerca da assessoria realizada quanto ao caráter 'positivo' da prática:

Eu acredito que foi positiva sim. Acredito principalmente por conta das críticas que essa assessoria hoje recebe, e eu acho que a partir do momento que uma assessoria é criticada significa que a semente foi lançada. Porque o Movimento sociocomunitário não consegue criticar ações, não só da assessoria, mas do processo como um todo, ele não toma conhecimento, ele apenas está recebendo, não está avaliando e não está pensando outras saídas, outras propostas (...) critica no sentido de novas propostas, novas idéias, e eu acho que isso deixou muito claro de que a assessoria tem dado resultados positivos sim (sujeito 04).

²⁴ Três dos entrevistados realizaram algum tipo de assessoria vinculada a esta Prefeitura. A prefeitura Municipal de Florianópolis através de licitação pública contrata empresas de assessoria para a prestação de serviços em diferentes programas e projetos sociais, a exemplo o Programa Habitar Brasil / BID. O programa HBB é um programa nacional de urbanização de assentamentos sub-normais, tendo como objetivo promover a qualidade de vida de famílias de baixa renda que residam em aglomerados urbanos e capitais de estados com índices populacionais maiores que cinquenta mil habitantes, investindo na recuperação de áreas degradadas ou assentamentos subnormais ocupados predominantemente por população com renda de até três salários mínimos. O programa destina recursos para o fortalecimento institucional dos municípios e para a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental, porém em suas diretrizes exige a participação popular no processo de gestão do programa na localidade onde ele acontece.

Na fala acima o profissional identifica que a assessoria obteve resultados positivos porque o próprio trabalho desenvolvido pelo profissional passou a receber crítica, significando para ele a participação de todos os sujeitos na relação de assessoria, rompendo, portanto, com o caráter hierarquizador e subalternizado dos sujeitos.

Eu acredito que sim, apesar de ser um trabalho a médio e às vezes a longo prazo, percebemos resultados. Talvez nós não tenhamos conseguido sistematizar tudo, fazer tudo perfeito, mas se vêem avanços na forma de pensar das pessoas, na forma com que elas atuam agora na comunidade, antes um pouco mais centralizadora, e agora tentando chamar, que também para eles é difícil (sujeito 03).

No relato acima o profissional entende que a os resultados da assessoria tendem a ser perceptíveis a médio e longo prazo, neste sentido, para que a assessoria realmente alcance seus objetivos, há a necessidade de uma atuação sistemática. Entendemos, portanto, que a assessoria realizada de forma pontual tende a não atrair a participação dos sujeitos nos espaços de discussão, o que acaba gerando uma centralização da representação social e das informações relativas ao espaço sociocomunitário a um grupo pequeno de lideranças comunitárias. Isto reforça as relações de poder existentes e dando margem à manipulação desses sujeitos e do movimento como um todo.

No entanto, ao questionarmos quanto ao objetivo da ação, devemos considerar se ela se destina propriamente ao movimento, ou aos interesses econômicos das empresas que oferecem a assessoria, muitas vezes como um ‘pacote pronto’ e com tempo determinado para a obtenção de resultados. Ou seja, se não se reduz a um campo de trabalho, em que o profissional está buscando, apenas, a satisfação de suas necessidades, sem considerar a relevância de um projeto social.

Embora a assessoria possa se apresentar como uma forma de estimular/promover a emancipação dos sujeitos, cabe destacar que a prática do assistente social é contraditória. Uma vez que há um projeto construído e defendido pelas instituições e pelo Estado, de caráter neoliberal, para que os assistentes sociais o executem nas instituições, através das políticas sociais que se caracterizam por serem: mínimas, porque garantem menos do que os mínimos necessários à sobrevivência; excludentes, ao passo que seus beneficiários partilham muito pouco da riqueza social produzida, e; seletivas porque impõem cruéis formas de selecionar os mais pobres dentre os pobres. E em oposição, temos um projeto profissional comprometido a servir e caminhar junto aos interesses das classes populares, em especial à classe trabalhadora,

a fim de criar alternativas às condições precárias a qual são submetidos para garantirem a própria sobrevivência no cotidiano .

Para que a contradição inerente à prática profissional seja enfrentada, é necessário que seja conhecida com profundidade. Para tanto, os profissionais devem estar preparados teoricamente, bem como renovarem constantemente suas estratégias de atuação. Segundo Silva e Silva (2006), estes devem analisar criticamente as estratégias utilizadas pelo aparato institucional do capital, que busca através do consenso a alienação das classes e dos sujeitos, para que desta forma estes não tenham a real percepção do significado de ser cidadão.

Diante do exposto nesta seção identificamos que a assessoria emerge como prática do assistente social frente às novas demandas sociais decorrentes das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, num contexto neoliberal onde o Estado tende a se reduzir e transferir à sociedade civil suas responsabilidades.

A assessoria, portanto, se insere na atuação destes profissionais vinculadas aos movimentos populares. Se antes estes profissionais se vinculavam aos movimentos a partir de sua militância, agora, estes se vinculam aos movimentos, na qualidade de assessores, para garantir subsídios materiais e efetivar sua intervenção. Forma esta, muitas vezes, que não deixa claro seus objetivos e finalidades, suscitando dúvidas quanto ao alcance destes objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou fazer algumas aproximações, de forma exploratória, sobre o tema de assessoria no Serviço Social junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis, buscando identificar como o mesmo se insere, ocorre, e é entendido pelos profissionais no conjunto de competências e atribuições.

Ao elaborar este trabalho, relacionando a trajetória da profissão no país com as conjunturas históricas, conseguimos identificar o momento em que a prática de assessoria se inseriu na profissão, quando vinculada aos movimentos sociais urbanos, e, em particular, ao movimento sociocomunitário. Esta identificação foi necessária para analisarmos a assessoria que vem sendo realizada por alguns profissionais junto ao movimento sociocomunitário do município de Florianópolis.

Observamos que são conferidas pelos profissionais entrevistados diferentes atribuições ao conceito de assessoria. Em certos momentos a assessoria pode se confundir com a sua própria finalidade, embora esta não esteja bem definida. Em outros é entendida pelos profissionais como um campo de trabalho para os assistentes sociais, dada as novas demandas para a profissão em programas e projetos sociais relacionados principalmente à área de habitação popular. Conceitua-se também como uma forma de intermediação entre os movimentos sociais e o aparato estatal, no sentido de facilitar a sua inclusão nos serviços dispostos pelas instituições a que tem direito. Podemos concluir que o tema da assessoria necessita ser aprofundado e discutido, para a definição de um conceito a respeito da prática, onde se deve buscar discutir os instrumentos, os limites e os objetivos desta nos espaços em que é realizada.

A partir da pesquisa realizada, observamos que para alguns dos profissionais a assessoria desenvolvida junto ao movimento sociocomunitário tem por finalidade a busca pela

participação e articulação entre os líderes comunitários que compõem o movimento, nas lutas por melhores condições de vida para a localidade, além de inseri-los nas discussões com poder público sobre a gestão de programas e projetos sociais.

Concluimos, portanto, que a finalidade da assessoria para alguns profissionais não está ainda bem clara, correndo o risco de se tornar uma finalidade em si mesma, ou ainda atuar na reprodução das desigualdades sociais, uma vez que,

[...] não é por ocupar espaços de assessoria que o assistente social está imune de reproduzir práticas que favoreçam a repressão dos de baixo, através de uma repressão doce, suave, terna ou de uma repressão pela cooptação, pela incorporação, pela exclusão, nem sempre voluntária, dos cidadãos dos processos de decisão macropolítica (BRAVO E MATOS, 2006, p. 13 e 14).

Esta indefinição nos remete ao papel da academia na formação destes profissionais assessores, sendo que esta deve capacitá-los para uma atuação não só junto a sujeitos coletivos, mas conforme Bravo e Matos (2006) na realização de assessoria aos assistentes sociais. Concordamos com os autores quando indicam que se deve resgatar o papel das universidades na formação e prestação de assessoria a partir de uma fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa, observando a efetivação do projeto ético-político da profissão.

Como não há uma clareza acerca do que é assessoria por parte destes profissionais podemos concluir que ela não ocorre efetivamente em todos os casos pesquisados, pois como prática que demanda um desenvolvimento sistemático, ou seja, que não deve ocorrer de forma pontual, exige que se trabalhe gradativamente com os sujeitos nos processos que envolvem suas lutas cotidianas. No entanto, em alguns desses casos a assessoria se encerra ou é interrompida com o fim do contrato de prestação de serviços.

Ressaltamos que se antes a assessoria servia às intenções do Estado ditatorial de desmobilização dos movimentos sociais, hoje também o faz, encontra-se revestida de programas elaborados de cima para baixo que promovem uma ilusória participação popular no planejamento, gestão e controle dos mesmos. Sendo que ao profissional que atua como assessor cabe diferenciar a seus objetivos profissionais pautados, dos objetivos institucionais.

Portanto, entendemos como desafio à profissão, que se compreenda e discuta a assessoria como prática, ao utilizá-la na tentativa de buscar respostas às demandas que emergem de conflitos cotidianos. Ao aprofundar o tema, poderemos visualizar que estas respostas profissionais se dividem em duas dimensões: aquelas que vão ao encontro das lutas das classes sociais subalternas, contribuindo com os sujeitos em sua emancipação e

autonomia no processo de construção de suas identidades, e; aquelas que reafirmam a ordem social, contribuindo para a manutenção das condições de subalternidade, dificultando ao sujeito de romper com as estruturas sociais impostas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 5ª ed – São Paulo: Cortez, 1995.
- ALVES, Francielle Lopes. **Participação e gestão democrática das políticas públicas: a inserção e os desafios do trabalho do Assistente social nos Conselhos de Saúde**. Florianópolis: UFSC, 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed – Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de (org). **Assessoria, consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BURGOS, Raúl. **Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais**. Observação a partir de um estudo de caso. Florianópolis, NESSOP. 2006.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin. “A instrumentalidade na intervenção do assistente social”. In. Cadernos de Serviço Social - **Revista da escola de Serviço Social de Niterói**, nº 1, Niterói, RJ: UFF, 1995.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade** nº 62. 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2000.
- _____. **Participação: paradigmas, teorias, definições, representações e significados**. In: Conselhos Gestores e participação sociopolítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-29. (Coleção questões da nossa época)

GOERCK, Caroline e VICCARI, Eunice Maria. **Assessoria: processo de trabalho do Serviço social.** In: Textos e Contextos, Revista Virtual nº 3, ano III, dez. 2004. Disponível em <http://caioba.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fass/article/view/990>. Acesso em 12 maio. 2008.

GOYENECHÉ, Priscila Larratea. **Mulheres em movimento: estudo exploratório sobre a liderança das mulheres em movimentos sociais na região da grande Florianópolis.** Monografia apresentada no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social, ensaios críticos.** São Paulo: Cortez editora, 1995.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: Autonomia e Controle vs. Cooptação e Clientelismo.** In: BOSCHI, Renato Raul. (org.) Movimentos Coletivos no Brasil. Série debates Urbanos nº 5. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LÜCHMANN, Lígia Helena; NOBRE, Andriu; CARVALHO, Leonardo Alves da Cunha e MARTINS, Moreno Saraiva. **Identidades e diferenças no movimento comunitário de Florianópolis.** In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. (orgs) Associativismo em Santa Catarina – trajetória e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

MAGNANI, Silvia Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906 -1917).** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MASSIAH, Gustavo. **Os movimentos sociais urbanos.** 2005. Disponível em: http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_downloads/Os%20movimentos%20sociais%20urbanos.pdf . Acesso em: 2 jan. 2008.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOISÉS, José Álvaro e SERRA, Rose Mary Souza. **Movimentos populares, alternativas de políticas sociais e a organização da categoria.** In. O Serviço social nas Relações Sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez : ANAS, 1989.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea.** In. Capacitação em Serviço Social e política social módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CED, UnB 1999.

NOGUEIRA, Vera M. Ribeiro. Assistência técnica e supervisão de programas em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 27. São Paulo: Cortez, 1988.

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social.** São Paulo: Cortez: Lima (Peru): CELATS, 1986.

PAZ, Rosângela Dias de Oliveira. O que é ONG. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 54. São Paulo: Cortez, 1997.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Uma História da República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

RAICHELIS, Raquel e ROSA, Cleisa M. Maffei. Considerações a respeito da prática do serviço social em movimentos sociais – fragmentos de uma experiência. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 08. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. O serviço social e os movimentos sociais – análise de uma prática. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 19. São Paulo: Cortez, 1985.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. In: **Serviço Social e Sociedade**, no 58. Ano XIX. São Paulo: Cortez, novembro de 1998.

SARMENTO, Herder Boska de Moraes. **Rediscutindo os instrumentos e s técnicas em Serviço Social**. In: Textos de Teoria e Prática de Serviço Social – Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA. Vol I.

SAWAIA, Bader. **Participação Social e subjetividade**. In: SORRENTINO, Marcos (org). Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico – metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3ª ed – São Paulo: Cortez, 2006.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Os movimentos sociais** In: TOMAZI, Nelson Dácio. (coord.) Iniciação à Sociologia. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

TORO A., José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria / Prática: o processo de assessoria / consultoria e o Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

Outros sites consultados:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/990/770>

www.portalsocial.ufsc.br/artigo/assessoria.pdf

www.portalsocial.ufsc.br/artigo/servico_social_gestao.pdf

www.assistentesocial.com.br/agora3/fonseca.doc

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Acadêmica: Níve Degasperi
Orientadora: Maria Teresa dos Santos

Identificação dos Profissionais entrevistados na elaboração do T.C.C.

Identificação

1. Nome: _____
2. Data de Nascimento: ___/___/___
3. Estado Civil: _____
4. Naturalidade: _____

Formação Profissional:

5. Ano Graduação: _____
6. Unidade de Ensino onde se graduou: _____
7. Realizou pós-graduação? () sim () não
Em caso positivo, qual curso /nível? _____

Exercício Profissional

8. Trabalha atualmente: () sim () não

Em caso afirmativo:

8.1 Organização / Instituição:

8.2 Tipo vínculo: _____

8.3 Tempo de atuação: _____

Atuação com o Movimento Sócio Comunitário

9. Vínculo de trabalho: _____
10. Quais Organizações: _____
11. Projeto / ações: -

12. Com remuneração: () sim () não

Obs: _____

Roteiro de questões para entrevistas do T.C.C.

1. Você identifica a assessoria ao Movimento Sócio Comunitário como uma prática do Assistente Social no conjunto de suas competências profissionais? Sim, não, porque? Como a conceitua?
2. Com você desenvolve / desenvolveu a assessoria junto ao Movimento Sócio Comunitário (ações, instrumentos) e com qual finalidade?
3. Na sua avaliação a assessoria desenvolvida contribuiu para o avanço / fortalecimento do Movimento Sócio Comunitário?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome por extenso do Participante da Pesquisa:

Prezada Senhora,

Esta pesquisa é para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre “ASSESSORIA - Prática dos Assistentes Sociais Junto ao Movimento Sociocomunitário de Florianópolis - SC” e está sendo desenvolvida pela acadêmica Nínive Degasperi, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Dra. Maria Teresa dos Santos.

Objetivo Geral

Identificar no que consiste, como ocorre e finalidades da assessoria no conjunto de práticas do Assistente Social que atua junto ao Movimento Sócio Comunitário de Florianópolis.

Objetivos Específicos

- Identificar como a assessoria é entendida pelos Assistentes Sociais do Movimento Sócio Comunitário de Florianópolis;
- Identificar se a assessoria é entendida como prática pelo Assistente Social que atua no Movimento Sócio Comunitário;
- Identificar como o Assistente Social executa a prática de assessoria;
- Compreender a finalidade da prática de assessoria para o Assistente Social no Movimento Sócio Comunitário, e sua efetividade.

Solicitamos a sua colaboração para realizarmos entrevistas gravadas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Qualquer informação entrar em contato com Nínive, nos telefones 3369.6521 ou 8418.6406.